



Assembleia da República

Lei n.º /2012,
de de

Havendo necessidade de proceder à revisão da **Lei n.º 18/2007, de 18 de Julho**, relativa à eleição dos Órgãos das Autarquias Locais, nos termos do n.º 4 do artigo 135, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do artigo 179, ambos da Constituição, a Assembleia da República determina:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1 (Âmbito da Lei)

A presente Lei estabelece o quadro jurídico para **as eleições do Presidente do Conselho Municipal ou da Povoação e para a eleição dos membros da Assembleia Municipal ou da Povoação.**

Artigo 1A (Definições)

O significado dos termos utilizados na presente Lei consta do glossário em anexo, que dela faz parte integrante.

Artigo 2 (Princípio electivo)

O presidente do conselho e os membros das assembleias **municipais** são eleitos por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico **dos cidadãos munícipes moçambicanos residentes na respectiva autarquia, nos termos da presente Lei.**

Artigo 3 (Direito de sufrágio)

1. O sufrágio constitui um direito pessoal e inalienável dos cidadãos munícipes.

2. O recenseamento eleitoral dos cidadãos munícipes é condição indispensável para o exercício do direito de voto.

Artigo 3A
(Liberdade e igualdade)

O processo eleitoral pressupõe liberdade de propaganda política e igualdade de candidaturas.

Artigo 3B
(Marcação da data e realização das eleições)

1. **A marcação da data das eleições autárquica é feita com antecedência mínima de 18 meses e realizam-se até primeira quinzena de Outubro, de cada ano eleitoral, em data a definir, por Decreto do Conselho de Ministros, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições.**
2. **A eleição do presidente e dos membros das assembleia municipal realizam-se, simultaneamente, num único dia, em todo o território nacional.**

Artigo 3C
(Supervisão do processo eleitoral)

1. **A supervisão do processo eleitoral cabe à Comissão Nacional de Eleições.**
2. **Sem prejuízo das competências próprias do Conselho Constitucional, a verificação da legalidade, regularidade e validade dos actos do processo eleitoral compete à Comissão Nacional de Eleições.**

Artigo 3D
(Tutela jurisdicional)

Compete ao Conselho Constitucional a apreciação, em última instância, das reclamações, protestos e recursos eleitorais.

Artigo 3E
(Observação eleitoral)

Os actos referentes ao sufrágio eleitoral são objecto de observação por entidades nacionais e ou internacionais, nos termos da lei que regula o regime de eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República.

CAPÍTULO II
CAPACIDADE ELEITORAL ACTIVA

Artigo 4
(Cidadãos eleitores)

São eleitores os cidadãos munícipes moçambicanos **de ambos os sexos que, à data das eleições, tenham completado** dezoito anos de idade, **estejam regularmente recenseados e não estejam abrangidos por qualquer incapacidade** prevista na presente Lei e **residam no território da autarquia local.**

Artigo 5
(Incapacidade eleitoral activa)

Não **podem votar**:

- a) os interditos por sentença com transito em julgado;
- b) os notoriamente reconhecidos como dementes, ainda que não estejam interditos por sentença, **quando** internados em estabelecimento psiquiátrico **ou** como tal declarados por **atestado passado pela** Junta Médica;

TÍTULO II-A
ESTATUTO DOS CANDIDATOS

CAPÍTULO I-A
Estatuto dos candidatos

Artigo 5A
(Direito de dispensa de funções)

1.A. Nos trinta dias anteriores à data das eleições, os candidatos a Presidente do Conselho Municipal e a membro da Assembleia Municipal ou da Povoação têm direito a dispensa do exercício das respectivas funções, sejam públicas ou privadas.

1.B. O tempo de dispensa referido no número anterior conta para todos os efeitos, como tempo de serviço efectivo incluindo o direito à remuneração.

Artigo 5B
(Suspensão do exercício da função e passagem à reserva)

1. Os magistrados judiciais, do Ministério Público e os diplomatas chefes de missão que, nos termos da presente Lei pretendam concorrer às eleições autárquicas, devem solicitar a suspensão do exercício da função, a partir do momento da apresentação da candidatura.
2. O período de suspensão conta para todos os efeitos como tempo de serviço efectivo.
3. Os militares e agentes paramilitares em serviço activo que pretendam candidatar-se a Presidente do Conselho Municipal ou a membro da assembleia municipal, carecem da apresentação de prova documental de passagem à reserva ou reforma.
4. Os órgãos de que dependam os militares e agentes paramilitares referidos no número anterior devem conceder a respectiva autorização sempre que tal lhes seja solicitado.

Artigo 5C (Imunidade)

1. Nenhum candidato a Presidente do Conselho Municipal ou a membro da assembleia municipal pode ser sujeito à prisão preventiva, a não ser em caso de flagrante delito por crime doloso punível com pena de prisão maior.
2. Movido o processo-crime contra algum candidato que não esteja em regime de prisão preventiva, e indiciado este por despacho de pronúncia ou equivalente, o processo só pode seguir os seus termos após a proclamação dos resultados das eleições.

CAPÍTULO II CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

Artigo 6 (Cidadãos elegíveis)

São elegíveis os cidadãos moçambicanos que, à data das eleições, **tenham completado dezoito anos de idade, estejam regularmente recenseados e não estejam abrangidos por qualquer incapacidade eleitoral passiva prevista na presente Lei e residam no território da autarquia local pela qual concorre.**

Artigo 6A (Incapacidade eleitoral passiva)

1. Não são elegíveis a membros da Assembleia provincial:
 - a) os cidadãos que não gozem de capacidade eleitoral activa;

b) os cidadãos que estejam em regime de condenados em pena de prisão por furto, roubo, abuso de confiança, burla, falsificação ou por crime doloso cometido por funcionário.

2. Os que tiverem sido judicialmente declarados delinquentes habituais de difícil correcção.

3. Os cidadãos que tiverem renunciado ao mandato imediatamente anterior.

Artigo 7 (Inelegibilidade gerais)

1. São inelegíveis para os órgãos das autarquias locais:

- a) os magistrados judiciais e os do Ministério Público **em efectividade de funções;**
- b) os membros das forças militares ou militarizadas e **elementos das forças de segurança pertencentes aos quadros permanentes** no activo;

b1) os diplomatas de carreira em efectividade de funções;

- c) os falidos ou insolventes, salvo se reabilitados por lei;
- d) os devedores em mora com a autarquia local e respectivos fiadores;
- e) os membros dos corpos sociais e os gerentes de sociedades, bem como os proprietários de empresas que tenham contrato com a autarquia local não integralmente cumprido ou de execução continuada.

1A. São também inelegíveis a Presidente do conselho municipal ou da povoação e a membro de assembleia municipal ou da povoação os membros da Comissão Nacional de Eleições e os dos seus órgãos de apoio, bem como os funcionários e quadros do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral e das suas representações ao nível provincial, distrital ou de cidade.

2. Os magistrados judiciais e os do Ministério Público, os membros das forças militares e militarizadas e das forças de segurança que, nos termos da presente Lei, pretendam concorrer às eleições dos órgãos autárquicos devem solicitar a suspensão do exercício das respectivas funções a partir do momento da apresentação de candidatura.

CAPÍTULO III Verificação e publicação de candidaturas

Artigo 8 (Legitimidade e modo de apresentação de candidaturas)

1. A legitimidade e o modo de apresentação das candidaturas **para as eleições autárquicas**, cabe aos órgãos competentes dos partidos políticos, coligação de partidos **ou aos grupos de cidadãos eleitores concorrentes, legalmente constituídas**.

1A. As candidaturas são apresentadas pelo próprio ou seu mandatário.

2. A apresentação de candidaturas é feita perante a Comissão Nacional de Eleições, até **cento e vinte** dias antes da data prevista para as eleições.

2A. Terminado o prazo para apresentação das candidaturas, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições manda afixar por edital, à porta do edifício da Comissão Nacional de Eleições, uma relação com o nome dos candidatos de cujas listas foram apresentadas.

Artigo 9

(Proibição de candidatura plúrima)

1. Ninguém pode ser candidato a membro da assembleia municipal por mais de uma lista, sob pena de inelegibilidade.

1A. Ocorrendo a repetição da candidatura nas listas do mesmo proponente é a este conferida a faculdade de optar por um dos círculos eleitorais que o propõe, sob pena de inelegibilidade do candidato.

Artigo 10

(Requisitos formais da apresentação)

1. A apresentação da candidatura consiste na entrega do pedido **de participação na eleição do Presidente do Conselho Municipal ou da povoação, dos membros da assembleia municipal ou da povoação e da lista nominal dos respectivos candidatos, com a indicação do nome completo, número de bilhete de identidade e sua validade, número de cartão de eleitor e número da certificado de registo criminal de cada candidato, instruída com os processos individuais dos cidadãos eleitores propostos, segundo a ordem estabelecida na referida lista e respeitando a sequencia dos documentos anexados exigidos por cada candidato, conforme o número 2, do presente artigo.**

1A. Relativamente a cada um dos candidatos, o processo individual de candidatura assinado pelo próprio deve conter:

- a) **fotocópia autenticada do bilhete de identidade ou, na sua falta, da certidão ou boletim de nascimento;**
- b) **fotocópia autenticada do cartão de eleitor ou documento que atesta estar inscrito no recenseamento eleitoral actualizado;**

- c) **atestado de residência que atesta estar a residir na autarquia pela qual concorre;**
- d) **certificado do registo criminal do candidato;**
- e) **declaração da aceitação de candidatura e do mandatário de lista;**
- f) **declaração do candidato, ilidível a todo tempo, da qual conste não se encontrar abrangido por qualquer inelegibilidade e não figura em mais nenhuma lista de candidatura.**

2. O atestado de residência é afastado sempre que o bilhete de identidade ou o cartão de recenseamento eleitoral atestar que o candidato reside na autarquia pela qual concorre.

2A. Sendo as listas de candidatos apresentadas por coligação de partidos políticos ou dos grupos de cidadãos de eleitores concorrentes, é obrigatória a indicação do partido político ou grupo de cidadãos eleitores concorrente que propõe cada um dos candidatos.

2B. Os processos individuais de candidatura consideram-se em situação regular quando no acto de recepção, pela Comissão Nacional de Eleições, feita a verificação um por um, se ateste, em formulário próprio, estarem os mesmos em conformidade com os requisitos formais da sua apresentação e segundo a ordem estabelecida no presente artigo.

Artigo 11
(Inscrição dos proponentes)

1. Até 15 quinze dias antes da apresentação das candidaturas os partidos políticos ou as coligações de partidos políticos devem efectuar a sua inscrição, mediante a apresentação de um requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Nacional Eleições, manifestando o interesse em inscrever-se para fins eleitorais, devendo juntar:

- a) **os estatutos do partido político ou convénio da coligação;**
- b) **certidão de registo;**
- c) **sigla;**
- d) **símbolo;**
- e) **denominação;**
- e1) **lista dos membros de direcção do partido político ou da coligação de partidos político;**

e2) documentação exigida ao mandatário de candidatura, nos termos da presente Lei.

1A. Tratando-se de coligações de partidos políticos o estatuto ou convénio da coligação deve apresentar a especificação dos partidos coligados e juntar ainda uma deliberação ou acta que comprova a manifestação de interesse em participar conjuntamente no processo eleitoral em curso, nos termos do artigo 137 da presente Lei.

Artigo 12
(Mandatários de candidaturas)

1. Os candidatos, **directamente ou através dos competentes órgãos dos respectivos partidos políticos, coligações de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes** designam, de entre os cidadãos eleitores, um mandatário para os representar em todas as operações do processo eleitoral cuja representação seja permitida nos termos da presente Lei.

1A. Os eleitores designados mandatários de candidatura devem apresentar à Comissão Nacional de Eleições os seguintes documentos para a sua credenciação:

- a) deliberação do órgão competente do partido político, coligação de partidos políticos ou do grupo de cidadãos eleitores proponentes que o designa;**
- b) ficha de mandatário de candidatura;**
- c) fotocópia do bilhete de identidade autenticada;**
- d) fotocópia do cartão de eleitor autenticada ou certidão de inscrição no recenseamento eleitoral;**
- e) certificado do registo criminal.**

1B. Os mandatários são designados para o nível central, provincial e distrital ou de cidade, com a indicação do seu domicílio, para efeitos de notificação.

Secção II
Apreciação das candidaturas

Artigo 13
(Verificação das candidaturas e publicação das listas aceites e rejeitadas)

1A. A Comissão Nacional de Eleições até sessenta dias a contar do termo do prazo da apresentação das candidaturas, procede à verificação dos processos individuais de candidaturas, quanto à sua regularidade, autenticidade dos documentos que o integra e à elegibilidade dos candidatos.

1B. Nos dez dias subsequentes ao termo do prazo de verificação da regularidade dos processos individuais de candidaturas, nos termos do número anterior, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições manda afixar cópias dos candidatos aceites no lugar de estilo das suas instalações, com a competente deliberação de aceitação ou rejeição de candidatos.

Artigo 14
(Irregularidades formais)

1. Verificando-se irregularidades **formais, de natureza não substancial nos respectivos processos individuais de candidatura**, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições manda notificar imediatamente o mandatário da candidatura em causa para as suprir, no prazo de **cinco dias, a contar da data da notificação**.
2. O não suprimento de qualquer irregularidade processual, no prazo previsto no número anterior, implica a nulidade da candidatura em causa.
3. O mandatário da candidatura nula é imediatamente notificado para que proceda, querendo, à substituição da mesma, no prazo de cinco dias, **por um dos candidatos proposto, cujo processo individual de candidatura preencha a totalidade dos requisitos formais exigidos, nos termos do artigo 15, da presente Lei, alterando-se a ordem relativa entre os candidatos propostos na lista apresentada**.

3A. Se tal não suceder, o lugar da candidatura nula é ocupado, na lista, pelo candidato seguinte na ordem original da lista apresentada pelo proponente, completando-se o número de candidatos efectivos, a partir do primeiro candidato suplente cujo processo individual de candidatura preencha a totalidade dos requisitos formais exigidos, nos termos do artigo 15, da presente Lei.

3B. A proposta de candidatura de um partido político, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes é definitivamente rejeitada se, por falta de candidatos suplentes na lista original apresentada na Comissão Nacional de Eleições até ao final do prazo de apresentação das candidaturas, não for possível perfazer o número legal dos candidatos efectivos e de pelo menos três suplentes.

Artigo 15
(Rejeição de candidaturas)

1. São rejeitados os candidatos inelegíveis.

2. O mandatário da lista é imediatamente notificado para que proceda à substituição do candidato ou candidatos inelegíveis, no prazo de três dias, sob pena da sua rejeição.

Artigo 15 A
(Rejeição da Lista)

São rejeitadas as listas que não satisfaçam o previsto nos artigos 7, 13, 14 e 15 da presente Lei.

Artigo 15 B
(Publicação das decisões)

Findo o prazo referido nos artigos 13, 18, 19 e 20, da presente Lei, se não houver alterações das listas, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições manda afixar no lugar de estilo das suas instalações, as listas de candidatos aceites ou rejeitadas e a respectiva deliberação.

Artigo 16
(Recursos)

1. Das decisões relativas à **aceitação e rejeição** das candidaturas e **das respectivas listas** podem **recorrer** ao Conselho Constitucional, no prazo de **três dias**, após a publicação referida no artigo anterior, os candidatos, os seus mandatários, os partidos políticos ou coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores concorrentes.
2. **Os recursos são apresentados** à Comissão Nacional de Eleições **que no prazo de até cinco dias se pronuncia e remete-os ao Conselho Constitucional, com as provas e os materiais eleitorais julgados pertinentes.**

2A. O Conselho Constitucional delibera no prazo legal, notificando a Comissão Nacional de Eleições e o recorrente e demais interessados.

Artigo 17
(Legitimidade)

Têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os respectivos mandatários, os partidos políticos, coligações de partidos, grupo de cidadãos eleitores proponentes de candidaturas.

Artigo 18
(Afixação das listas definitivas)

Findo o prazo de apreciação dos recursos pelo Conselho Constitucional, a **Comissão Nacional de Eleições** manda afixar no lugar de estilo das suas instalações, nos três dias seguintes, as listas definitivas dos membros a eleger por cada círculo eleitoral, mediante edital publicado no boletim da República e nos órgãos de comunicação social e notifica os mandatários dos partidos políticos, coligações de partidos políticos e dos grupos de cidadãos eleitores concorrentes das referidas listas.

Artigo 18A
(Sorteio das listas definitivas)

1. Nos três dias posteriores à publicação das listas definitivas, a Comissão Nacional de Eleições procede, na presença dos candidatos ou mandatários que compareçam, ao sorteio das listas definitivas, para fixação da sua ordem no boletim de voto, lavrando-se o auto do sorteio.

1.A. Sorteiam-se em primeiro lugar os proponentes de candidatos por todos os círculos eleitorais e em segundo lugar os demais.

2. O resultado do sorteio é afixado no lugar de estilo das instalações da Comissão Nacional de Eleições, mandado publicar no Boletim da República e nos principais órgãos de comunicação social.

CAPÍTULO III
CAMPANHA E PROPAGANDA ELEITORAL

Artigo 19
(Início e termo da campanha eleitoral)

1A. Entende-se por campanha eleitoral a actividade que vise, directa ou indirectamente, promover candidaturas, bem como a divulgação de textos, imagens ou sons que exprimam ou reproduzam o conteúdo dessa actividade.

1. A campanha eleitoral tem início **trinta** dias antes da data das eleições e termina quarenta e oito horas antes do dia da votação.

Artigo 20
(Período)

A campanha eleitoral inicia quinze dias antes da data das eleições e termina dois dias antes da votação.

Artigo 21
(Promoção e realização)

A promoção e realização da campanha eleitoral cabe directamente aos candidatos, partidos políticos ou coligações de partidos e grupos de cidadãos eleitores proponentes de listas, sem embargo da participação activa dos cidadãos eleitores em geral.

Artigo 22
(Âmbito)

Qualquer candidato, partido político ou coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores proponentes pode realizar livremente a campanha eleitoral em qualquer lugar **de jurisdição** do território da autarquia **local**.

Artigo 23
(Igualdade de oportunidades de candidaturas)

Os candidatos, partidos políticos, ou coligações de partidos **políticos, bem como os** grupos de cidadãos eleitores proponentes têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas, a fim de, livremente e nas melhores condições, **realizarem** a sua campanha eleitoral.

Artigo 24
(Liberdade de expressão e de informação)

1. No decurso da campanha eleitoral não pode ser imposta qualquer limitação à livre expressão de princípios políticos, económicos, sociais e culturais.
2. Durante o período da campanha eleitoral não podem ser aplicadas às empresas que explorem meios de comunicação social, nem aos seus agentes, quaisquer sanções por actos integrados na campanha.

Artigo 25
(Liberdade de reunião e de manifestação)

1. No período da campanha eleitoral a liberdade de reunião e de manifestação para fins eleitorais rege-se pelo disposto nas Leis n.º 9/91, de 18 de Julho e n.º 7/2001, de 07 de Julho, com as adaptações constantes dos números seguintes.
2. Os cortejos e desfiles podem realizar-se em qualquer dia e hora, respeitando-se os limites impostos pela manutenção da ordem pública, do ordenamento do trânsito e do período de descanso dos cidadãos.
3. A presença de agentes da autoridade em reuniões ou manifestações organizadas por qualquer candidatura apenas pode ser solicitada pelos seus órgãos competentes, ficando a entidade organizadora responsável pela manutenção da ordem quando não faça tal solicitação.
4. O prazo para o aviso a que se refere o artigo 10 da Lei n.º 9/91, de 18 de Julho, para efeitos da presente Lei, é reduzido para **até** um dia.

5. O prazo para o aviso a que se refere o n.º 1 do artigo 11 da Lei nº 9/91, de 18 de Julho, para efeitos da presente Lei, é fixado **para até** doze horas **no mínimo**.

Artigo 26
(Proibição de divulgação de sondagens)

É proibida a divulgação dos resultados de sondagens ou de inquéritos relativos à opinião dos eleitores quanto aos concorrentes à eleição e **sentido do voto**, desde o início da campanha eleitoral até à divulgação dos resultados eleitorais pela Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 27
(Publicações de carácter jornalístico)

As publicações noticiosas do sector público que insiram matéria respeitante à campanha eleitoral devem conferir um tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas.

Artigo 28
(Salas de espectáculos)

1. Os proprietários de salas de espectáculos ou de outros recintos de normal utilização pública, que reúnam condições para serem utilizados na campanha eleitoral, devem pô-las à disposição da Comissão Nacional de Eleições até vinte dias antes do início do período de campanha eleitoral, com a indicação das datas e horas em que essas salas poderão ter aquela utilização.
2. Em caso de comprovada insuficiência, a Comissão Nacional de Eleições pode requisitar as salas e os recintos que considere necessários à campanha eleitoral, sem prejuízo da actividade normal e programa dos mesmos.
3. O tempo destinado à campanha eleitoral, nos termos do número anterior, é igualmente repartido pelos partidos políticos, coligações de partidos **políticos** e grupos de cidadãos eleitores proponentes que o desejem e tenham apresentado candidaturas para as eleições autárquicas.

Artigo 29
(Custo de utilização)

1. Os proprietários das salas de espectáculos ou os que as explorem, no caso do n.º 1 do artigo anterior, ou quando tenha havido a requisição aí prevista, indicam o preço a cobrar pela sua utilização, depois de prévia negociação com as candidaturas interessadas.
2. O preço estipulado e demais condições de utilização são uniformes para todas as candidaturas interessadas.

Artigo 30
(Utilização de lugares e de edifícios públicos)

1A. A utilização de lugares e de edifícios públicos para fins eleitorais é partilhada equitativamente pelas diversas candidaturas, nos termos do regulamento a ser aprovado pela Comissão Nacional de Eleições, sem prejuízo dos regulamentos internos dessas instituições.

1B Os órgãos locais do Estado e as autoridades autárquicas devem assegurar a cedência, para fins de campanha eleitoral, de edifícios públicos e recintos pertencentes ao Estado e outras pessoas colectivas de direito público, para a sua utilização pelas diversas candidaturas, nos termos referidos no n.º 1 do presente artigo.

1. A utilização de lugares e de edifícios públicos para fins de campanha eleitoral é gratuita, mas não pode prejudicar o desenvolvimento normal dos serviços que neles se prestam.

Artigo 30A

(Locais onde é interdito o exercício de propaganda política)

É interdita a utilização, para efeitos de campanha eleitoral, dos seguintes lugares:

- a) unidades militares e militarizadas;**
- b) repartições do Estado e das autarquias locais;**
- c) outros centros de trabalho, durante os períodos normais de funcionamento;**
- d) instituições de ensino, durante o período de aulas;**
- e) locais normais de culto;**
- f) outros lugares para fins militares ou paramilitares;**
- g) unidades sanitárias.**

CAPÍTULO III-A

Propaganda eleitoral e educação cívica

Artigo 30B

(Propaganda eleitoral)

Entende-se por propaganda eleitoral toda a actividade que vise directa ou indirectamente promover candidaturas, seja dos candidatos, dos partidos políticos, coligação dos partidos políticos, dos titulares dos seus órgãos ou seus agentes ou de

quaisquer outras pessoas, nomeadamente através de manifestações, reuniões, publicação de textos ou imagens que exprimam ou reproduzam o conteúdo dessa actividade.

Artigo 30C (Objectivos)

1. A propaganda eleitoral tem como objectivo o desenvolvimento de actividades visando a obtenção do voto dos eleitores, através da explicação dos princípios ideológicos, programas políticos, sociais e económicos, plataformas de governação por parte dos candidatos, dos titulares dos órgãos que os propõem, seus agentes ou quaisquer outras pessoas.

2. Toda a propaganda eleitoral deve identificar a entidade subscritora da candidatura que a emita.

Artigo 31 (Direito de antena)

Os candidatos a cargo de presidente das autarquias, os partidos políticos, as coligações de partidos e os grupos de cidadãos eleitores concorrentes às eleições têm direito à utilização do serviço público de radiodifusão e televisão durante o período da campanha eleitoral, nos termos definidos por regulamento da Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 32 (Propaganda sonora)

O recurso à propaganda com utilização de meios sonoros não carece de autorização, nem de comunicação às autoridades administrativas e só é permitido entre as sete e vinte uma horas.

Artigo 33 (Propaganda gráfica)

1. A afixação de cartazes não carece de autorização nem de comunicação às autoridades administrativas.
2. Não é permitida a fixação de cartazes, nem a realização de pinturas, murais em monumentos nacionais, templos e edifícios religiosos, sedes de órgãos do Estado a nível central e local ou onde vão funcionar as assembleias de voto, nos sinais de trânsito ou placas de sinalização rodoviária ou ferroviária, no interior das repartições ou edifícios públicos e em edifícios privados, sem autorização dos usufrutuários.

Artigo 34

(Deveres dos órgãos de informação escrita do sector público)

1. Os órgãos de informação escrita pertencentes ao sector público devem inserir nas suas publicações material eleitoral.
2. Sempre que os órgãos de informação escrita referidos no número anterior incluam informações relativas ao processo eleitoral, devem reger-se por critérios de absoluta isenção e rigor, evitando a deturpação dos assuntos a publicar e discriminação entre as diferentes candidaturas.
3. As publicações gráficas que sejam propriedade do Estado ou estejam sob o seu controlo devem inserir obrigatoriamente material respeitante aos actos eleitorais em todos os seus números editados durante o período de propaganda eleitoral, pautando-se pelos princípios referidos nos números anteriores do presente artigo.

Artigo 34

(Utilização em comum ou troca)

Os candidatos, partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores proponentes podem acordar entre si a utilização em comum ou a troca de tempo de antena ou espaço de publicação que lhes pertençam ou das salas de espectáculo, cujo uso lhes seja atribuído.

Artigo 35

(Proibição de uso de bens públicos em campanha eleitoral)

1. É expressamente proibida a utilização pelos partidos políticos ou coligações de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes e demais candidaturas em campanha eleitoral, de bens do Estado, autarquias locais, institutos autónomos, empresas estatais, empresas públicas e sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicas.
2. Exceptua-se do disposto no número anterior, os bens públicos referidos nos artigos 38 e 39 da presente Lei.

CAPITULO IV
ASSEMBLEIAS DE VOTO

Secção I

Organização das assembleias de voto

Artigo 36

(Formação)

1. Em cada mesa de assembleia de voto há um único caderno de recenseamento eleitoral e a respectiva réplica para ambas as eleições.

1A. A réplica do caderno de recenseamento tem por objecto, única e exclusivamente, ajudar o eleitor na localização prévia da mesa da assembleia de voto em que deve votar e permitir uma boa organização de filas de eleitores, pelo pessoal auxiliar, à entrada das mesas das assembleias de voto e garantir que a votação decorra de forma célere e ordeira.

1B. Cada caderno de recenseamento eleitoral é destinado ao registo de eleitores que não podem exceder oitocentos por mesa.

2. Até trinta dias antes **da data** das eleições, a Comissão Nacional de Eleições manda divulgar e distribuir a **lista definitiva dos candidatos aceites**, através dos órgãos de comunicação social e afixar à porta dos governos provinciais, das administrações dos distritos e dos conselhos municipais, ou qualquer outro lugar público de fácil acesso ao público e o mapa definitivo das assembleias de voto e respectivos códigos.

Artigo 37

(Locais de funcionamento)

1. As assembleias de voto funcionam em edifícios públicos que ofereçam as indispensáveis condições de acesso e segurança.
2. Na falta de edifícios públicos adequados, podem ser requisitados, para o efeito, edifícios privados.
3. O local de funcionamento da assembleia de voto coincide, sempre que possível, com o posto de recenseamento eleitoral.
4. Não é permitido a constituição e o funcionamento de assembleias de voto nos seguintes locais:
 - a) unidades policiais;
 - b) unidades militares;
 - c) residências de ministros de culto;
 - d) edifícios de qualquer partido político, coligações de partidos, grupo de cidadãos eleitores proponentes e associações filiadas a partidos políticos;
 - e) locais onde se vendam bebidas alcoólicas;
 - f) locais de culto ou destinados a culto;
 - g) unidades sanitárias.

Artigo 38
(Anúncio do dia, hora e local)

A Comissão Nacional de Eleições anuncia publicamente, em cada lugar, o dia, a hora e os locais onde funcionam as assembleias de voto.

Artigo 39
(Relação de candidaturas)

O Secretariado Técnico da Administração Eleitoral ao proceder à distribuição dos boletins de voto, entrega ao presidente da mesa da assembleia de voto, juntamente com estes, a relação de todas as candidaturas definitivamente aceites, com a identificação completa dos candidatos, a fim de serem afixadas no local onde funcione a assembleia de voto.

Artigo 40
(Funcionamento das assembleias de voto)

As assembleias de voto funcionam, simultaneamente, em todo o país no dia marcado para as eleições.

Artigo 41
(Mesa da assembleia de voto)

1. Em cada assembleia de voto há uma mesa ou mais mesas a quem compete promover e dirigir a votação e o apuramento dos resultados do escrutínio.
2. A mesa da assembleia de voto é composta por cinco membros, sendo um presidente, um vice-presidente, um secretário e dois escrutinadores, que também devem velar pela organização dos eleitores para o acto de votação.
3. Os membros das mesas devem saber ler e escrever português, e possuir formação adequada à complexidade da tarefa.
4. Pelo menos dois membros da mesa devem falar a língua local da área onde se situa a assembleia de voto.
5. Compete ao Secretariado Técnico da Administração Eleitoral a indicação dos nomes dos membros das mesas de voto, ouvidos os representantes das candidaturas, assim como capacitá-los para o exercício das funções.
6. A função de membro da mesa da assembleia de voto é obrigatória para os membros indicados, salvo motivo de força maior ou justa causa, e é incompatível com a qualidade de mandatário ou delegado da candidatura.

Artigo 42

(Recrutamento dos membros das mesas das assembleias de voto)

Para constituição das assembleias de voto, o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral recruta, mediante concurso público de avaliação curricular, cidadãos moçambicanos maiores de dezoito anos de idade, tecnicamente habilitados para o efeito.

Artigo 43
(Constituição das mesas)

1. As mesas das assembleias de voto constituem-se na hora marcada para o início do seu funcionamento e nos locais previamente indicados pela Comissão Nacional de Eleições e seus órgãos de apoio.
2. A constituição das mesas fora dos locais previamente indicados implica a nulidade das eleições e dos actos eleitorais praticados nessas circunstâncias, salvo motivo de força maior, devidamente justificado e sancionado pela Comissão Nacional de Eleições.
3. Os membros das mesas das assembleias de voto devem estar presentes no local de funcionamento da assembleia, duas horas antes do início da votação.
4. Se o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral verificar que, uma hora antes do início da votação, há impossibilidade de constituição da mesa por ausência de membros indispensáveis, designa, após acordo com os delegados de candidaturas presentes, os substitutos dos ausentes, de entre os cidadãos eleitores de reconhecida idoneidade, considerando-se sem efeito a designação daqueles que não tenham comparecido.

4A. Na constituição da mesa de assembleia de voto, os ausentes são prioritariamente substituídos pelos candidatos apurados na formação e suplentes na lista aprovada que aí se encontrem presentes.

5. Os membros designados para integrar as mesas das assembleias de voto são dispensados do dever de comparência no respectivo local de trabalho, enquanto durar a sua actividade e no dia útil imediato.
6. A dispensa referida no número anterior não afecta os direitos e regalias de que seja titular, devendo, contudo, fazer-se prova bastante da qualidade de membro da mesa da assembleia de voto.

Artigo 43A
(Direitos e deveres dos membros das mesas das assembleias de voto)

1. São direitos dos membros das mesas das assembleias de voto:

- a) ser formado e capacitado para as funções que vai exercer**
- b) receber subsídio e outros abonos legalmente fixados e correspondentes á função que exerce;**
- c) exercer a função para a qual foi designado;**
- d) ter um intervalo para o descanso, conforme estabelecer a lei;**
- e) ser tratado com respeito e correcção;**
- f) dirigir-se à entidade imediatamente superior sempre que se sentir prejudicado nos seus direitos;**

2. São deveres dos membros das mesas das assembleias de voto:

- a) respeitar a legislação eleitoral e demais leis;**
- b) velar pela organização dos eleitores para o acto de votação;**
- c) saber ler e escrever português,**
- d) exercer a função para a qual foi seleccionado, com zelo e abnegação;**
- e) constituir a assembleia de voto na hora marcada e no local previamente indicado pela CNE e seus órgãos;**
- f) assumir uma disciplina consciente por forma a contribuir para o prestígio da função que exerce e para o processo eleitoral;**
- g) atender com urbanidade os eleitores;**
- h) exercer as funções em qualquer local que lhe seja designado;**
- i) zelar dos elementos ou material de trabalho das mesas das assembleias de voto;**
- j) proceder á contagem dos votantes e dos boletins de voto para o apuramento parcial dos resultados eleitorais da respectiva mesa;**

1. As mesas das assembleias de voto, uma vez **regularmente** constituída, não podem ser alteradas, salvo motivos de força maior, devendo as comissões de eleições distritais ou de cidade **da respectiva área de jurisdição** dar conhecimento público da alteração **ocorrida**.
2. A presença efectiva do presidente ou do vice-presidente **e de pelo menos** mais dois membros da mesa **de assembleia de voto** é suficiente para se considerarem válidas a votação e os resultados do escrutínio.

Artigo 45
(Elementos de trabalho das mesas)

1. O Secretario Técnico da Administração Eleitoral deve assegurar, em tempo útil, o fornecimento, a cada mesa de assembleia de voto, de todo o material necessário, designadamente:

- a) a cópia autenticada dos cadernos de recenseamento eleitoral referentes aos eleitores inscritos na área abrangida pela respectiva assembleia de voto;
- b) o livro de actas e de editais das operações eleitorais, rubricado em todas as páginas e com termo de abertura e de encerramento;
- c) os impressos, mapas e modelos de registo e informação necessária às operações eleitorais;
- d) os boletins de voto;
- e) as urnas de votação, devidamente numeradas a nível nacional;
- f) as cabines de votação;
- g) os selos, lacre e envelopes para os votos;
- h) as esferográficas, lápis e borracha;
- i) a almofada e tinta para impressão digital e tinta indelével;
- j) o carimbo e a respectiva almofada;
- k) os meios de iluminação;
- l) as máquinas de calcular.

11) cola, blocos de nota e dístico de sinalização com a inscrição assembleia de voto.

12) folhas impressas para eventuais reclamações por parte dos delegados de candidatura presentes.

2. Aos órgãos locais de administração do Estado compete criar e garantir as condições necessárias e indispensáveis à guarda, conservação, segurança e inviolabilidade dos materiais

referidos no número anterior e dos respectivos locais de funcionamento das mesas da assembleia de voto.

3. Sempre que possível, os materiais de votação são guardados nas caixas fortes dos bancos ou à guarda da Polícia da República de Moçambique.

Artigo 46
(Tipos de urnas)

As urnas a serem utilizadas devem ser transparentes, sendo uma para cada espécie de eleição.

Secção II
Delegados de candidatura

Artigo 47
(Designação dos delegados de candidatura)

1. Cada **partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores proponentes** tem o direito de designar de **entre os eleitores** um delegado efectivo e outro suplente para cada mesa de assembleia de voto.
2. Os delegados podem ser designados para uma mesa de assembleia de voto diferente daquela em que estão inscritos como eleitores, **dentro da mesma unidade geográfica de recenseamento**.
3. A falta de designação ou comparência de qualquer delegado **não pode ser invocada contra a plena validade do resultado do escrutínio e nem afecta** a regularidade dos actos eleitorais, **salvo em caso de comprovado impedimento**.

Artigo 48
(Procedimento de designação e qualidade de delegado)

1. Até ao vigésimo dia anterior ao sufrágio, os partidos políticos, coligação de partidos **políticos** concorrentes às eleições, bem como os grupos de cidadãos eleitores proponentes, designam os respectivos delegados, **um efectivo e um suplente**, para cada mesa de assembleia de voto, remetendo os seus nomes às comissões de eleições provinciais, distritais ou de cidade para efeitos de credenciação.
2. Os órgãos de apoio da Comissão Nacional de Eleições ao nível do distrito ou de cidade, devem emitir credenciais a que se refere o número 1 do presente artigo e proceder a sua entrega às entidades interessadas, até **três dias** antes do sufrágio.

Artigo 49

(Direitos e deveres do delegado de candidatura)

1. O delegado de candidatura goza dos seguintes direitos:

- a) estar presente no local onde funcione a mesa da assembleia de voto e ocupar o lugar mais **adequado**, por forma a que possa fiscalizar todos os actos relacionados com a votação e o escrutínio;
- b) verificar, antes do início de votação, as urnas e as cabines de votação;
- c) solicitar explicações à mesa da assembleia de voto e obter informações sobre **os actos do processo de votação e do** escrutínio e apresentar reclamações **perante a mesa da assembleia de voto, no decurso destes actos eleitorais**;
- d) ser ouvido em todas as questões que se levantem durante o funcionamento da assembleia de voto, quer durante a votação, quer durante o escrutínio;
- e) fazer observações sobre as actas e os editais, quando considere conveniente, e assiná-los, devendo, em caso de não assinatura, fazer constar as respectivas razões;
- f) rubricar todos os documentos respeitantes às operações eleitorais;
- g) consultar a todo o momento os cadernos de recenseamento eleitoral;
- h) receber cópias da acta e do edital originais, devidamente assinadas e carimbadas.

h1) receber impresso para apresentação de reclamações a submeter imediatamente a decisão da mesa da assembleia de voto.

h2) ser adequada e atempadamente avisado da hora de partida dos materiais eleitorais para os efeitos do n.º 3 do artigo 102 da presente Lei.

2. O delegado de candidatura tem os seguintes deveres:

- a) exercer uma fiscalização conscienciosa e objectiva da actividade da mesa da assembleia de voto;
- b) cooperar para o desenvolvimento normal da votação, do escrutínio e do funcionamento da mesa da assembleia de voto;
- c) evitar intromissões injustificáveis e de má fé à actividade da mesa da assembleia de voto, que perturbem o desenvolvimento normal da votação e do escrutínio;

c1) contribuir com o seu empenho para que o processo eleitoral em curso na mesa da assembleia de voto decorra, nos termos da lei eleitoral, das deliberações,

directivas e instruções técnicas da Comissão Nacional de Eleições e do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral e concorrer para que se evite a prática de irregularidades ou ilícitos eleitorais.

- d) não permitir rasuras e **inutilização injustificada de boletins de voto** e em nenhum documento referente às operações eleitorais.
3. O não exercício de qualquer dos direitos e deveres previstos no presente artigo não afecta a validade dos actos eleitorais.
4. O comprovado impedimento pelos **membros da** mesa da assembleia de voto do exercício dos direitos e deveres previstos no presente artigo afecta a validade dos actos eleitorais daquela mesa.

Artigo 50

(Imunidade dos delegados de candidaturas)

Os delegados das candidaturas não podem ser detidos durante o funcionamento da mesa da assembleia de voto, a não ser em flagrante delito por crime punível com pena de prisão superior a dois anos.

1A. Movido o processo-crime contra algum delegado que não esteja em regime de prisão, e indiciado este por despacho de pronúncia ou equivalente, o processo só pode seguir seus termos após a proclamação dos resultados das eleições.

1B. Ocorrendo a situação prevista na segunda parte do n.º 1 do presente artigo, o Ministério Público comunica o facto de imediato à Comissão Nacional de Eleições.

Secção III

Boletins de voto

Artigo 51

(Características fundamentais)

1. Os boletins de voto são impressos em papel a definir pela Comissão Nacional de Eleições, sob proposta do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral.
2. Os boletins de voto são de forma rectangular, com as dimensões apropriadas para neles caber a inserção de todas as candidaturas submetidas à votação, em cada círculo eleitoral.

Artigo 52

(Elementos integrantes)

1. Em cada boletim de voto são dispostos horizontalmente, uns abaixo dos outros, separados por uma faixa, por ordem atribuída pelo sorteio, os elementos de identificação das candidaturas.
2. São elementos identificativos do boletim de voto, as denominações, siglas e bandeiras ou símbolos das candidaturas concorrentes que, nos casos dos partidos políticos ou de coligações de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes reproduzem os constantes do registo existente na Comissão Nacional de Eleições.
3. Na eleição do Presidente da República, são elementos identificativos os nomes dos candidatos, suas fotografias e respectivos símbolos eleitorais.
4. Na área rectangular que corresponde a cada candidatura figura um quadrado, dentro do qual o eleitor deve assinalar, com uma cruz ou com a impressão digital, a sua escolha.

Artigo 53

(Cor e outras características)

1. A cor e outras características dos boletins de voto são fixadas pela Comissão Nacional de Eleições, sob proposta do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral.

1A. A cor será diferenciada para cada tipo de eleição, que deve coincidir com a cor da respectiva urna.

Artigo 54

(Exame tipográfico dos boletins de voto)

Antes da impressão definitiva dos boletins de voto, os partidos políticos, coligações de partidos **políticos, grupos de cidadãos eleitores proponentes** e demais candidatos concorrentes ou seus mandatários, são notificados para, querendo, no prazo a fixar pela Comissão Nacional de Eleições, verificar a conformidade da fotografia, denominação, sigla e símbolo com os materiais entregues à Comissão Nacional de Eleições no momento da apresentação das candidaturas.

Artigo 55

(Produção dos boletins de voto)

1A. Os boletins de voto são produzidos em séries numeradas sequencialmente com igual número no seu respectivo canhoto.

1B. os boletins de voto produzidos para cada círculo eleitoral devem corresponder ao universo eleitoral de acordo com o número de eleitores e cadernos de recenseamento eleitoral registado

CAPÍTULO V

ELEIÇÃO

Secção I Direito de sufrágio

Artigo 56 (Princípio electivo)

O Presidente do Conselho Municipal e os membros da assembleia municipal ou de povoação são eleitos com base no sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico.

Artigo 57 (Pessoalidade, presencialidade e unicidade do voto)

1. O direito de **voto** é exercido **pessoal e presencialmente** pelo cidadão eleitor.

1A. Cada eleitor só pode votar uma vez nas eleições do Presidente do conselho municipal ou da povoação e uma vez nas eleições dos membros da assembleia municipal ou da povoação.

Artigo 58 (Presencialidade do voto)

O direito de voto é exercido presencialmente pelo cidadão eleitor no local de funcionamento da assembleia de voto em que se encontra inscrito.

Artigo 59 (Unicidade do voto)

A cada eleitor só é permitido votar uma única vez para a eleição de cada órgão representativo das autarquias locais.

Artigo 60 (Direito de votar)

1. O acto de votar constitui um direito de cada cidadão.
2. As entidades públicas e privadas devem conceder aos respectivos trabalhadores e **funcionários**, se for caso disso, dispensa pelo tempo necessário para poderem votar.

Artigo 61 (Local de exercício de voto)

O direito de voto é exercido na **mesa da** assembleia de voto correspondente ao local onde o eleitor esteja recenseado, salvo o disposto no artigo 79 da presente Lei.

Artigo 62
(Liberdade e confidencialidade de voto)

1. O voto é livre e secreto.
2. Ninguém pode **revelar em que lista ou candidato vai votar ou votou dentro da assembleia de voto e num raio de trezentos metros.**

2A. Ninguém pode ser obrigado ou obrigar outrem a revelar em qual lista ou candidato vai votar ou votou.

Artigo 63
(Requisitos de exercício do direito de voto)

1A. Para efeitos de admissão à votação na mesa da assembleia de voto, o nome do eleitor deve constar no caderno de recenseamento eleitoral e a sua identidade deve ser reconhecida pela respectiva mesa, **mediante a apresentação do cartão de eleitor.**

1B. Na falta do cartão de eleitor, a identidade do eleitor é reconhecida mediante a apresentação do bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, cartão de trabalho ou de estudante ou ainda pela apresentação do cartão de desmobilizado, salvo o disposto no artigo 79 da presente Lei.

Secção II
Processo de votação

Artigo 64
(Abertura da **mesa** da assembleia de voto)

1. A **mesa da** assembleia de voto abre em todo o território nacional às sete horas e encerram às dezoito horas.
2. O presidente da mesa declara aberta a assembleia de voto e procede, com os restantes membros e delegados das candidaturas, à revista da cabine de voto, **da urna** e dos documentos dos trabalhos da mesa.
3. O presidente da mesa exhibe as urnas vazias perante os outros membros da mesa, delegados das candidaturas, observadores e **jornalistas** presentes, após o que procede à selagem **pública** das mesmas na presença daquelas individualidades, **elaborando a** respectiva acta.

Artigo 65
(Impossibilidade de abertura da **mesa da** assembleia de voto)

A abertura da **mesa da** assembleia de voto não tem lugar nos casos de:

- a) impossibilidade de constituição da respectiva mesa;
- b) ocorrência, no local ou suas proximidades, de calamidade ou perturbação de ordem pública, na véspera ou no próprio dia marcado para a eleição.

1A. A impossibilidade de abertura da mesa da assembleia de voto nos termos do número anterior é declarada pela comissão de eleição distrital ou de cidade, sob proposta do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, respectivo, confirmado os factos que fundamentam a pratica do acto.

1B. A comissão de eleição distrital ou de cidade deve imediatamente comunicar o facto a comissão de eleições provincial ou de cidade e esta à Comissão Nacional de Eleições, juntando para o efeito, todos os documentos relativos a pratica do acto.

Artigo 66

(Irregularidades e seu suprimento)

1. Verificando-se quaisquer irregularidades que impeçam o processo de votação, a mesa procede ao seu suprimento dentro das duas horas subsequentes à sua verificação.
2. Tornando-se impossível suprir as irregularidades dentro do prazo previsto no número anterior, o presidente declara encerrada a mesa da assembleia de voto e participa o facto à Comissão Nacional de Eleições para decisão, através do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral **local**.

Artigo 67

(Continuidade das operações eleitorais)

A votação decorre ininterruptamente, devendo os membros da mesa da assembleia de voto fazer-se substituir quando necessário.

Artigo 68

(Interrupção das operações eleitorais)

1. As operações eleitorais são interrompidas, sob pena de nulidade da votação, nos seguintes casos:
2. Ocorrência, na área da autarquia local, de calamidade ou perturbação da ordem pública que possa afectar a realização do acto eleitoral;

3. Ocorrência, na **mesa da** assembleia de voto, de qualquer das perturbações **ou tumultos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 88 da presente lei.**
4. As operações eleitorais só são retomadas depois de o presidente da mesa verificar a eliminação das causas que determinaram a sua interrupção.
5. Nos casos referidos no número anterior do presente artigo, e sempre que se ponha em causa a integridade das urnas, as operações eleitorais **são repetidas**, considerando-se sem efeito quaisquer actos que eventualmente tenham sido praticados na **mesa da** assembleia de voto interrompida.
6. Na impossibilidade de repetição das operações eleitorais referidas no n.º 3 do presente artigo, realizam-se eleições no segundo Domingo após a realização das eleições em referência.
7. A impossibilidade de repetição das operações referidas no número anterior, pelas razões previstas no n.º 1 deste artigo, não afecta o resultado geral das eleições.

Artigo 69

(Presença de não eleitores)

1. Não é permitida a presença na mesa da assembleia de voto de:
 - a) cidadãos que não sejam eleitores;
 - b) cidadãos que já tenham **exercido o seu direito de voto** naquela mesa da assembleia de voto ou noutra.
2. É, porém, permitida a presença de **delegados de candidaturas**, de observadores, de **agente da Polícia da República de Moçambique**, de **paramédicos destacados para a respectiva mesa** assembleia de voto e de profissionais dos órgãos de comunicação **social**.
3. Os delegados de candidaturas, observadores e profissionais dos órgãos de comunicação social, devem:
 - a) identificar-se perante **o presidente da** mesa, apresentando para o efeito a competente credencial **ou cartão de identificação pessoal emitido pelas entidades competentes dos órgãos da administração eleitoral;**
 - b) **as pessoas identificadas no n.º 2 do presente artigo** devem abster-se de colher imagens em lugares próximos das cabines e urnas de votação e declarações de eleitores dentro da área dos trezentos metros **que constitui o local** da assembleia de voto.

Artigo 70
(Ordem de votação)

1. Os eleitores votam pela ordem de chegada às assembleias de voto, dispondo-se em fila para o efeito.
2. Sem prejuízo do disposto no numero anterior, votam em primeiro lugar o presidente, outros membros da mesa de assembleia de voto, bem como os delegados das candidaturas que se encontrem inscritos nos cadernos eleitorais correspondentes à assembleia de voto que fiscalizam.
3. Os presidentes das mesas dão prioridade aos seguintes cidadãos eleitores:
 - a) candidato a presidente da autarquia;
 - b) incumbidos do serviço de protecção e segurança das assembleias de voto;
 - c) doentes;
 - d) deficientes;
 - e) mulheres grávidas;
 - f) idosos;
 - g) pessoal médico e paramédico.

Artigo 71
(Votos dos eleitores não inscritos no local da assembleia de voto)

1. **Podem exercer o direito do sufrágio nas mesas de assembleia de voto, quando devidamente credenciados, ainda que não se encontrem inscritos no correspondente caderno de recenseamento eleitoral:**
 - a) membros da mesa de voto;**
 - b) delegados de candidatura;**
 - c) agentes da polícia em serviço na assembleia de voto;**
 - d) jornalistas e observadores nacionais;**
 - e) membros dos órgãos eleitorais a todos os níveis.**
2. Os boletins de voto correspondentes ao voto referido no número anterior são processados em separado, mencionando-se na acta a respectiva ocorrência.

3. Antes da votação, o nome e o número do cartão dos eleitores referidos no presente artigo são registados em impresso próprio, que segue em anexo à acta de apuramento dos resultados a elaborar pela mesa da assembleia de voto.

Artigo 72
(Encerramento da votação)

1. O presidente da mesa da assembleia de voto declara encerrada a votação logo que tenham votado todos os inscritos e presentes na respectiva mesa até às 18 horas da votação.

1A. Quando forem dezoito horas e ainda haja eleitores para a mesa da assembleia de voto, o presidente da mesma ordena a distribuição de senhas de identificação dos eleitores presentes, continuando a votação até ao último eleitor portador da senha.

2. Em caso de impossibilidade de cumprimento dos prazos eleitorais, cabe à Comissão Nacional de Eleições decidir sobre a eventual alteração do momento de encerramento global da votação.

Secção III
Modo de votação

Artigo 73
(Modo de votação de cada eleitor)

1. Ao apresentar-se perante a mesa da assembleia de voto, cada eleitor mostra as suas mãos aos membros da mesa e entrega ao respectivo presidente o seu cartão de eleitor.
2. Identificado o eleitor e verificada a sua inscrição, o presidente entrega-lhe os boletins de voto.
3. Em seguida, o eleitor dirige-se à cabina de voto onde, sozinho, assinala, com uma cruz, ou com a aposição da impressão digital dentro do quadrado ou da área rectangular correspondente ao candidato ou à **lista do partido político, ou coligação de partidos políticos concorrentes à qual** vota e dobra o boletim de voto em quatro partes.
4. Voltando para junto da mesa, o eleitor introduz os boletins de voto nas urnas correspondentes e mergulha o dedo indicador direito em tinta indelével, enquanto **os membros da mesa confirmam** e registam a votação, rubricando os cadernos de recenseamento eleitoral na coluna **apropriada e na linha correspondente** ao nome do eleitor.
5. Se, **na cabine de voto**, o eleitor **aperceber-se que não expressou correctamente** a sua vontade em relação a um dos órgãos a eleger, **ou inutilizar** o boletim de voto, **deve pedir o outro ao presidente da mesa e devolver-lhe o inutilizado.**

6. **No caso previsto no número anterior, o presidente da mesa anota a inutilização no boletim devolvido, rubrica-o e conserva-o para efeitos do disposto no artigo 99 da presente Lei.**
7. Uma vez exercido o direito de voto, o eleitor recebe o cartão e retira-se do local da votação.

Artigo 74
(Voto de deficientes)

1. Os eleitores cegos e os afectados por doença ou deficiência física notória, que a mesa verifique não poderem praticar os actos descritos no artigo **anterior**, votam acompanhados de outro eleitor, por si escolhido **livremente**, que deve garantir a fidelidade de expressão do seu voto, ficando obrigado a absoluto sigilo.

2. Se a mesa decidir que não se verifica a notoriedade da doença ou deficiência física, exige que lhe seja apresentado, no acto da votação, documento passado pela entidade competente, **comprovativo** da impossibilidade da prática dos actos descritos no artigo anterior.

Artigo 75
(Voto de eleitores que não saibam ler nem escrever)

Os **eleitores** que não saibam ler **nem** escrever e que não possam colocar a cruz, votam mediante a aposição de um dos dedos **dentro do** quadrado ou **da** área rectangular correspondente à **candidato ou ao proponente em que pretendem votar, após tê-lo** mergulhado em tinta **apropriada colocada** para o efeito na cabina de voto.

Artigo 76
(Voto de eleitores com cartões extraviados)

O eleitor cujo cartão se tenha extraviado, fora do período de reemissão fixado pelos órgãos eleitorais, só pode votar se constar do caderno eleitoral respectivo, confirmado pelos delegados de candidaturas, devendo, para o efeito, apresentar:

- a) o bilhete de identidade;
- b) passaporte, carta de condução, cartão de trabalho, de estudante, de desmobilizado ou, ainda, outro documento que tenha fotografia e que seja **geralmente** utilizado para a identificação.

Secção IV
Garantias de liberdade de voto

Artigo 77
(Dúvidas, reclamações e protestos)

1. Além dos delegados de candidaturas, qualquer eleitor pertencente à mesa da assembleia de voto pode colocar dúvidas e apresentar, por escrito, reclamações e protestos relativamente às operações eleitorais da respectiva mesa da assembleia de voto, devendo instruí-los com os meios de prova necessários.
2. A mesa não pode recusar a recepção das reclamações **apresentadas sob forma escrita**, devendo rubricá-las e anexá-las às **respectivas actas**.

2A. Em caso de recusa o reclamante participa de imediato o facto aos órgãos de administração eleitoral da jurisdição da assembleia de voto onde o facto ocorreu e à autoridade policial para o devido procedimento, devendo apresentar a reclamação acompanhada das respectivas provas e circunstâncias da recusa.

3. As reclamações e os protestos **devem** ser objecto de deliberação da mesa da assembleia de voto, que pode tomá-la no **fim do processo** da votação se entender que isso não afecta o andamento normal da votação.
4. Todas as deliberações na mesa da assembleia de voto sobre esta matéria, são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente ou o seu substituto voto de qualidade, em caso de empate, podendo ser objecto de recurso à **comissão de eleições distrital ou de cidade** respectiva.

Artigo 78

(Manutenção da ordem e da disciplina)

1. Compete ao presidente da mesa da assembleia de voto, coadjuvado pelos membros da respectiva mesa, assegurar a liberdade dos eleitores, manter a ordem e a disciplina, tomando para o efeito as providências adequadas.
2. Não são admitidos na **mesa da** assembleia de voto e são mandados retirar pelo presidente da **mesma**, os eleitores que se apresentem manifestamente embriagados ou drogados, os que sejam portadores de qualquer arma, os dementes e os **cidadãos que**, por qualquer forma, perturbem a ordem pública e a disciplina.

Artigo 79

(Proibição de propaganda)

1. É proibida qualquer propaganda **eleitoral** dentro **da** assembleia de voto e **na** área circundante até uma distância de trezentos metros.
2. O disposto no número anterior aplica-se igualmente à exibição de símbolos, sinais, distintivos ou autocolantes dos candidatos, de partidos **políticos**, coligações de partidos políticos ou de grupo de cidadãos eleitores proponentes.

Artigo 80
(Proibição da presença da força armada)

1. Nos locais onde se **reúnem** a assembleia de voto, e num raio de trezentos metros, **para além do agente da Polícia da República de Moçambique encarregue pela protecção e segurança da mesa da assembleia de voto** é proibida a presença de força armada, com excepção do disposto nos números seguintes.
2. Quando for necessário pôr termo a tumultos ou obstar agressões ou violência, quer no local da **mesa** assembleia de voto, quer na sua proximidade, ou ainda em caso de desobediência às suas ordens, o presidente da **mesma** pode, ouvida esta, requisitar a presença da força de manutenção da ordem pública, com menção, na acta, das razões da requisição e do período de presença da força armada.
3. Sempre que o comandante da força de manutenção da ordem pública verificar a existência de indícios de que se exerce sobre os **membros da mesa** da assembleia de voto coacção física ou psicológica que impeça o respectivo presidente de fazer a respectiva requisição, pode mandar a força intervir, devendo esta retirar-se logo que o presidente **ou quem o substitui** assim o **determinar** ou quando a sua presença já não se justifique.
4. Para pôr termo a tumultos ou obstar agressões ou violência, a força de manutenção da ordem pública deve recorrer a formas **proporcionais e** lícitas de actuação estabelecidas na lei.
5. Nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3, **anteriores**, suspendem-se as operações eleitorais até que o presidente **da mesa** considere reunidas as condições para que elas possam prosseguir.

Artigo 81
(Deveres especiais dos profissionais de comunicação social)

Os profissionais de comunicação social que, no exercício das suas funções **jornalísticas** se **desloquem à mesa** da assembleia de voto, não devem agir **por** forma a comprometer o segredo de voto, **influenciar o sentido de voto, por qualquer forma** perturbar **o decurso das operações eleitorais assim** como difundir com parcialidade.

CAPÍTULO VI
APURAMENTO

Secção I
Apuramento parcial

Artigo 81A
(Local de apuramento)

1. **Todas as operações previstas nesta Secção são efectuadas no local de funcionamento da mesa da assembleia de voto, logo após ao encerramento do processo de votação, perante os membros da mesa da assembleia de voto, delegados de candidaturas, observadores e jornalistas presentes.**
2. **A ausência de presença dos delegados de candidaturas, observadores e jornalistas não prejudica o decurso normal do processo de apuramento nem compromete a sua validade.**

Artigo 82
(Operação preliminar)

Encerrada a votação, o presidente da mesa da assembleia de voto procede:

- a) à contagem dos boletins **de votos** que não foram utilizados e dos que foram inutilizados pelos eleitores;
- b) ao **encerramento e lacagem dos boletins de voto** com a necessária especificação, em dois sobrescritos próprios, um para a eleição **do presidente do conselho municipal ou da povoação e outro para a eleição dos membros assembleia municipal ou da povoação.**
- c) ao **trancamento da** lista de eleitores que é assinada por todos os membros da mesa e delegados de candidaturas, para posterior envio à comissão de eleições distrital ou de cidade correspondente.

Artigo 83
(Contagem dos votantes e dos boletins de voto utilizados)

1. Concluída a operação preliminar, o presidente da mesa da assembleia de voto manda contar o número dos votantes pelas descargas efectuadas nos cadernos de recenseamento eleitoral.
2. Seguidamente, o presidente da mesa manda abrir as urnas uma a uma, a fim de conferir o número de boletins de voto entrados e, no fim da contagem, volta a depositá-los nelas, selando-as em seguida.
3. Do número de boletins de voto contados é dado imediato conhecimento público através de edital original, que o presidente da mesa lê em voz alta e manda afixar no local do funcionamento da assembleia de voto.

Artigo 84
(Contagem dos votos)

1. Após ordenar a reabertura da urna, o presidente da mesa manda proceder à contagem dos boletins de voto, respeitando as seguintes regras:

- a) **o presidente da mesa de voto abre o boletim de voto, lê em voz alta o número da série do boletim;**
- b) **o secretário da mesa certifica a conformidade numérica com a série dos boletins de votos constantes dos canchotos;**
- c) **em caso de desconformidade numérica com a série dos boletins de voto, o segundo escrutinador da mesa deve colocar o boletim em causa num lote separado;**
- d) **havendo conformidade da série numérica,** o presidente da mesa exhibe-o e anuncia em voz alta qual o candidato ou a lista votada;
- e) o secretário da mesa ou seu substituto aponta os votos atribuídos a cada candidato ou lista em duas folhas separadas de papel branco ou, caso exista, num quadro grande;
- f) o segundo escrutinador coloca em separado e por lotes, depois de os exhibir, os votos já lidos correspondentes a cada candidato ou lista, os votos em branco e os votos nulos;
- g) o primeiro e o segundo escrutinadores procedem à contagem dos votos e o presidente da mesa divulga o número de votos que coube a cada candidato ou lista.

2. Terminada a operação a que se refere o número anterior, o presidente da mesa procede ao confronto entre o número de votos depositados na urna e o número de votos por cada lote.

2A Os boletins de voto com desconformidade da série numérica são inutilizados pela mesa de assembleia de voto, com dois traços em diagonal duma ponta à outra, e metidos em saco inviolável para o seu envio à Comissão Nacional de Eleições, através da comissão distrital de eleições ou de cidade com uma nota explicativa do facto ocorrido.

Artigo 85

(Cópias da acta e do edital originais)

O presidente da mesa de assembleia de voto distribui cópias da acta e do edital originais do apuramento de votos, devidamente assinadas e carimbadas, aos delegados de candidatura dos partidos políticos, coligação de partidos **políticos** ou grupo de cidadãos eleitores proponentes.

Artigo 86

(Votos em branco)

Considera-se voto em branco o **correspondente ao** boletim de voto que não contenha qualquer sinal.

Artigo 87

(Votos nulos)

1. É voto nulo o boletim de voto no qual:

- a) tenha sido assinalado mais de um quadrado;
- b) haja dúvidas sobre o quadrado ou a área rectangular assinalada;
- c) tenha sido assinalado o quadrado ou a área rectangular correspondente a uma candidatura que tenha desistido das eleições;
- d) tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura;
- e) tenha sido escrita qualquer palavra.

2. Não é considerado voto nulo o boletim de voto no qual a cruz ou impressão digital, não tenha sido perfeitamente desenhada ou colocada, ou ainda exceda os limites do quadrado ou da área rectangular, quando assinale, inequivocamente, a vontade do eleitor.

Artigo 88

(Intervenção dos delegados das candidaturas)

1. Concluídas as operações referidas nos artigos 84 e 86, os delegados das candidaturas podem examinar os lotes dos boletins de voto separados, sem alterar a sua composição e, no caso de terem dúvidas ou objecções em relação à contagem ou à qualificação dada ao voto de qualquer boletim, podem solicitar **os devidos** esclarecimento ou apresentar reclamações ou protestos perante o presidente da mesa da assembleia de voto.
2. **Quando, após apreciação, a mesa da assembleia de voto não dê provimento às** reclamações ou protestos **apresentados, por carecerem de fundamento legal**, os boletins de voto reclamados ou protestados são separados, anotados no verso, com a indicação da qualificação dada pela mesa da assembleia de voto e do objecto da reclamação ou do protesto, e rubricados pelo presidente da mesa e pelo delegado da candidatura **reclamante**.
3. As reclamações ou protestos não atendidos **nos termos do disposto no número anterior** não impedem a contagem dos boletins de voto **na sua totalidade** para o efeito de apuramento parcial da mesa da assembleia de voto.

Artigo 89

(Destino dos boletins de voto reclamados ou protestados)

1. Os boletins de voto sobre os quais haja reclamações ou protestos são, depois de rubricados pelo presidente da mesa ou seu substituto, remetidos à Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade até às doze horas do dia seguinte após a votação.
2. No prazo de vinte e quatro horas, contando a partir da hora do encerramento da votação na respectiva assembleia de voto, os votos referidos no número anterior devem ser entregues à

Comissão Provincial de Eleições, que por sua vez os remete à Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 90
(Destino dos restantes boletins de voto)

1. Os restantes boletins de voto são colocados em pacotes que são devidamente lacrados e confiados à guarda da Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade.
2. Esgotado o prazo para a interposição do recurso contencioso ou decidido este definitivamente, o presidente da comissão referida no número anterior promove a destruição dos boletins de voto.

Artigo 91
(Acta e edital das operações eleitorais)

1. Compete ao secretário da mesa da assembleia de voto elaborar a acta e o edital das operações de votação e do apuramento parcial.
2. Da acta constam obrigatoriamente:
 - a) o número de inscrição no recenseamento eleitoral e o nome dos membros da mesa da assembleia de voto e dos delegados de candidatura;
 - b) o local de funcionamento da assembleia de voto;
 - c) a hora de abertura e de encerramento da assembleia de voto;
 - d) as deliberações tomadas pela mesa durante as operações eleitorais;
 - e) o número total dos eleitores inscritos, dos que votaram e dos que não votaram;
 - f) o número de votos obtidos por cada candidatura;
 - g) o número de votos brancos e de votos nulos;
 - h) o número de boletins de voto sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto;
 - i) as divergências de contagem, se as houver, com a indicação precisa das diferenças notadas;
 - j) o número de reclamações e protestos apensos à acta;
 - k) quaisquer outras ocorrências que a mesa julgar dignas de menção;
 - l) assinatura dos membros da mesa da assembleia de voto.

Artigo 92
(Publicação do apuramento parcial)

1. O apuramento parcial é imediatamente publicado através da cópia do edital original, devidamente assinado e carimbado no local do funcionamento da assembleia de voto, no qual se discrimina o número de votos de cada candidatura, o número de votos em branco e o número de votos nulos.
2. **Em cada mesa da assembleia de voto o resultado parcial das eleições** só pode ser tornado público **simultaneamente** após a hora estabelecida para o encerramento da votação ao nível nacional.
3. A acta e o edital do apuramento parcial são afixados na assembleia de voto em lugar de acesso ao público, **pelo presidente da mesa da assembleia de voto.**

Artigo 93
(Comunicações para o efeito de contagem provisória de votos)

O presidente da mesa de assembleia de voto comunica, de imediato, os elementos constantes do edital previsto no artigo anterior à comissão de eleições distrital ou de cidade que, por sua vez os transmite à comissão provincial de eleições e esta, directamente à Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 94
(Cópias da acta e do edital originais)

O presidente da mesa da assembleia de voto distribui cópias da acta e do edital originais do apuramento de votos, referidos no n.º 1 do artigo 90 da presente Lei, devidamente assinados e carimbados, aos delegados de candidatura dos partidos políticos, coligações de partidos ou grupo de cidadãos eleitores proponentes.

Secção III

Apuramento distrital ou de cidade

Artigo 95
(Apuramento ao nível de distrito ou cidade)

1. O apuramento ao nível de distrito ou cidade é feito pela comissão de eleições distrital ou de cidade, **sendo as operações materiais efectuadas pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral.**
2. A comissão de eleições distrital ou de cidade, **através do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral** centraliza, mesa por mesa, os resultados eleitorais obtidos na totalidade das mesas das assembleias de voto constituídas nos limites geográficos da sua

jurisdição e procede ao apuramento dos resultados eleitorais ao nível do distrito ou da cidade.

2A. Os mandatários podem assistir aos trabalhos de apuramento dos resultados.

2B. Os mandatários podem, durante as operações de apuramento, apresentar reclamações, protestos ou contraprotostos sobre os quais a comissão distrital ou de cidade de eleições delibera, sem a presença dos interessados e dos demais mandatários.

2C. Da decisão sobre a reclamação ou protesto, cabe recurso à comissão provincial de eleições.

Artigo 96

(Envio de material eleitoral à assembleia de apuramento intermédio)

1. Até as doze horas do dia seguinte ao apuramento parcial, os presidentes das mesas das assembleias de voto entregam pessoalmente ou remetem pela via mais segura, contra recibo, as urnas, as actas, os cadernos e demais documentos respeitantes à eleição, à Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade através do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral.
2. Os delegados das candidaturas e os observadores podem acompanhar e devem ser avisados da hora de partida do transporte dos materiais referidos no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 97

(Conteúdo do apuramento intermédio)

O apuramento intermédio de votos referido no artigo anterior consiste:

- a) na verificação do número total de eleitores inscritos;
- b) na verificação do número total de eleitores que votaram e o dos que não votaram na área a que o apuramento se reporta, com as respectivas percentagens relativamente ao número total de inscritos;
- c) na verificação do número total de votos em branco, de votos nulos e de votos validamente expressos, com as percentagens relativamente ao número total de votantes;
- d) na verificação do número total de votos obtidos por cada candidatura, com as respectivas percentagens relativamente ao número total de votos validamente expressos.

Artigo 97A

(Mapa resumo de centralização distrital ou de cidade)

A comissão de eleições distrital ou de cidade, através do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral elabora um mapa resumo de centralização de votos obtidos na totalidade das assembleias de voto, o qual deve conter o seguinte:

- a) o número total de eleitores inscritos;**
- b) o número total de eleitores que votaram e o dos que não votaram, com a respectiva percentagem relativamente ao número total de inscritos;**
- c) o número total de votos em branco, de votos nulos e de votos validamente expressos, com a respectiva percentagem relativamente ao número total de votantes;**
- d) o número total de votos obtidos por cada candidatura, com a respectiva percentagem relativamente ao número total de votos validamente expressos.**

Artigo 97B

(Elementos do apuramento de votos)

1. O apuramento de votos é feito com base nas actas e nos editais das operações das mesas das assembleias de voto, nos cadernos de recenseamento eleitoral e nos demais documentos remetidos à comissão de eleições distrital ou de cidade.

2. A falta de elementos de algumas mesas das assembleias de voto ou de qualquer dado sobre o apuramento parcial, não impede o apuramento, que deve iniciar-se com base nos elementos já recebidos, marcando o presidente da comissão de eleições do nível respectivo nova reunião, dentro das vinte quatro horas seguintes, para se concluírem os trabalhos, tomando, entretanto, as providências necessárias para que a falta seja suprida.

Artigo 98

(Acta e edital do apuramento intermédio)

1. Das operações do apuramento intermédio são imediatamente lavrados acta e edital onde constem os resultados apurados, as reclamações, os protestos e os contraprotostos apresentados bem como as decisões que sobre os mesmos tenham sido tomadas.

2. Um exemplar da acta do apuramento intermédio é enviado imediatamente pelo presidente da Comissão de Eleições Distrital ou de Cidade à Comissão Nacional de Eleições através da Comissão Provincial de Eleições que também conserva em seu poder uma cópia da referida acta.
3. Outro exemplar da acta é entregue ao Administrador de Distrito que conserva sob sua guarda e responsabilidade.

Artigo 99

(Cópias da acta e do edital originais do apuramento distrital ou de cidade)

Aos mandatários das candidaturas, observadores e jornalistas são entregues pela comissão de eleições distrital ou de cidade cópias dos editais originais de apuramento distrital ou de cidade, **devidamente** assinadas e carimbadas.

Artigo 100

(Divulgação dos resultados)

Os resultados do apuramento distrital ou de cidade são anunciados, em acto solene e público, pelo presidente da comissão de eleições distrital ou de cidade respectiva, no prazo máximo de três dias, contados a partir do dia do encerramento da votação, mediante divulgação pelos órgãos de comunicação social, e são afixados em cópias do edital original à porta do edifício onde funciona a comissão de eleições distrital ou de cidade, do edifício do governo do distrito **e do município**.

Artigo 100A

(Entrega de material de apuramento distrital ou de cidade)

1. **Até vinte e quatro horas seguintes à divulgação dos resultados do apuramento distrital ou de cidade, o presidente da comissão de eleições distrital ou de cidade procede à entrega, pessoalmente, contra recibo, as urnas, as actas, os editais, os cadernos de recenseamento eleitoral e demais documentos respeitantes ao apuramento distrital ou de cidade, ao presidente da comissão de eleições provincial ou de Cidade.**
2. **Os mandatários das candidaturas e os observadores, querendo, podem acompanhar o transporte dos materiais referidos no número 1 do presente artigo e devem ser avisados da hora da partida do respectivo transporte.**

Artigo 100B

Supervisão

A comissão de eleições provincial ou de cidade faz o acompanhamento e assegura a supervisão directa das operações eleitorais na área da sua jurisdição.

SECÇÃO III

Centralização provincial

Artigo 100C

(Centralização ao nível provincial)

O Secretariado Técnico de Administração eleitoral procede à recolha dos materiais e centraliza, distrito por distrito, os resultados eleitorais obtidos com base nas actas e editais do apuramento distrital ou de cidade.

Artigo 100D

(Mapa resumo de centralização de votos distrito por distrito)

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral elabora um mapa resumo de centralização de votos obtidos na totalidade das assembleias de voto, distrito por distrito, o qual deve conter o seguinte:

- a) o número total de eleitores inscritos;**
- b) o número total de eleitores que votaram e o dos que não votaram, com a respectiva percentagem relativamente ao número total de inscritos;**
- c) o número total de votos em branco, de votos nulos e de votos validamente expressos, com a respectiva percentagem relativamente ao número total de votantes;**
- d) o número total de votos obtidos por cada candidatura, com a respectiva percentagem relativamente ao número total de votos validamente expressos.**

Artigo 100E

(Envio da documentação eleitoral)

Os cadernos de recenseamento eleitoral e toda a documentação eleitoral são enviados pelas comissões de eleições provincial ou de Cidade de eleições, no prazo de cinco dias após a sua recepção, à Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 100F

(Destino da documentação)

As actas e editais das comissões de eleições provincial e de Cidade e do apuramento geral ficam à guarda e conservação da Comissão Nacional de Eleições.

Secção IV
Apuramento geral

Artigo 101
(Entidade competente do apuramento geral)

Compete à Comissão Nacional de Eleições efectuar **o apuramento geral, sendo as operações materiais realizadas pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral**, proceder à divulgação dos resultados gerais das eleições **do Presidente do Conselho Municipal ou da Povoação ou dos membros da Assembleia Municipal ou da Povoação**, assim como a distribuição dos respectivos mandatos.

Artigo 102
(Elementos de apuramento geral)

1. O apuramento geral **dos resultados eleitorais** é realizado com base nas actas e nos editais referentes ao apuramento **distrital e de cidade, assim como nos dados da centralização** recebidos das comissões de eleições provincial e de cidade.
2. Os trabalhos de apuramento geral iniciam-se imediatamente após a recepção das actas e dos editais das comissões de eleições provincial e de cidade e decorrem ininterruptamente até à sua conclusão.
3. Caso falem actas e editais ou outros elementos necessários à continuação ou conclusão do apuramento **geral**, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições deve tomar as providências necessárias para que a falta seja reparada, num período não superior a vinte e quatro horas.

Artigo 103
(Apreciação de questões prévias)

No início dos trabalhos a Comissão Nacional de Eleições decide sobre os votos em relação aos quais tenha havido reclamação ou protesto, verifica os **votos** considerados nulos e reaprecia-os segundo um critério uniforme, podendo desta operação resultar a correcção da centralização **dos resultados**, feita em cada comissão de eleições **provincial** e de cidade, sem prejuízo do disposto em matéria de recurso contencioso.

Artigo 104
(Conteúdo do apuramento geral)

As operações de apuramento geral consistem:

- a) na verificação do número total de eleitores inscritos, de eleitores que votaram e sua percentagem relativamente aos primeiros;

- b) na verificação do número total de votos obtidos por cada candidato presidencial e por cada lista, do número de votos em branco e do número de votos nulos;
- c) na determinação do candidato presidencial eleito;
- d) na verificação da necessidade de uma segunda volta para as eleições presidenciais;
- e) na distribuição dos mandatos dos deputados por círculo eleitoral;
- f) na determinação dos candidatos eleitos por cada lista.

Artigo 105
(Actas e editais do apuramento geral)

1. Do apuramento geral são imediatamente lavradas actas e editais originais, assinadas e carimbadas, onde constem os resultados apurados, as reclamações, os protestos e os contra protestos apresentados e as decisões que sobre os mesmos tenham sido tomadas.
2. São imediatamente enviados exemplares das actas e editais referidas no número anterior ao Conselho Constitucional, ao Presidente da República, bem como ao Presidente da Assembleia da República, quanto às legislativas.

Artigo 106
(Publicação da centralização nacional e do apuramento geral)

1. O Presidente da Comissão Nacional de Eleições, num prazo máximo de quinze dias contados a partir da data do encerramento da votação, anuncia os resultados da centralização nacional e do apuramento geral, mandando-os divulgar nos órgãos de comunicação social e afixar à porta das instalações da Comissão Nacional de Eleições.
2. Um exemplar da acta e do edital são remetidos ao Conselho Constitucional, num prazo de cinco dias, para efeitos de proclamação e validação dos resultados eleitorais.

Artigo 107
(Cópias do edital e da acta de apuramento geral)

1. Aos candidatos e aos mandatários de cada lista proposta à eleição, é passada, contra recibo, pela Comissão Nacional de Eleições, uma cópia da acta e do edital de apuramento geral, assinada e carimbada.
- 1A. As cópias podem ser passadas aos observadores e jornalistas presentes, quando solicitadas.**

Artigo 108

(Validação e proclamação dos resultados eleitorais)

O Conselho Constitucional, após deliberar sobre as reclamações ou recursos, procede à apreciação da acta e do edital **do apuramento geral** dos resultados das eleições para o Presidente do Conselho Municipal, da acta e do edital do apuramento das eleições dos membros da Assembleia Municipal ou da Povoação para efeitos de validação e proclamação.

Artigo 108

(Publicação dos resultados gerais das eleições)

1. Após a proclamação e validação dos resultados gerais das eleições, o Conselho Constitucional manda publicar na 1.^a Série do Boletim da República, no prazo legal, dando a conhecer os seguintes dados:

- a) o número total de eleitores inscritos, por autarquia local;
- b) o número total de eleitores que votaram e o dos que não votaram, com as respectivas percentagens relativamente ao número total de eleitores inscritos;
- c) o número total de votos em branco, de votos nulos e de votos validamente expressos, com as respectivas percentagens relativamente ao número total de votantes;
- d) o número total de votos obtidos por cada candidatura, com as respectivas percentagens relativamente ao número total de votos validamente expressos;
- e) o número total de mandatos atribuídos a cada candidatura;
- f) o nome dos candidatos eleitos, com indicação da denominação das respectivas candidaturas, bem como dos partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores proponentes, no caso de coligação, indicar o partido político de proveniência do candidato eleito.

1A. Na eleição dos membros das Assembleias Municipais ou da Povoação, para além dos elementos referidos no número anterior, deve constar do mapa os elementos respeitantes a cada círculo eleitoral.

TÍTULO III
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO
MUNICIPAL OU DE POVOAÇÃO

CAPÍTULO I ORGANIZAÇÃO ELEITORAL

Artigo 109 (Mandato)

O presidente do conselho municipal ou de povoação é eleito para um mandato de cinco anos.

Artigo 110 (Lista uninominal)

O presidente do conselho municipal ou **da** povoação é eleito por lista uninominal, **apresentada nos termos dos artigos 123 e 15 da presente Lei.**

CAPÍTULO II CANDIDATURAS

Artigo 111 (Poder de apresentação de candidaturas)

1. As candidaturas ao cargo de presidente do conselho municipal ou **da** povoação **são** apresentadas:

a) pelos órgãos dos partidos políticos ou coligações de partidos políticos estatutariamente competentes, apoiados por um **mínimo de um** por cento de assinaturas relativamente ao universo de cidadãos eleitores recenseados na respectiva autarquia, **devidamente identificadas;**

b) por grupos de cidadãos eleitores **proponentes**, inscritos na área da respectiva autarquia local, com um mínimo de um por cento de assinaturas relativamente ao universo de cidadãos eleitores recenseados.

2. Nenhum partido político, coligação de partidos **políticos** ou grupo de cidadãos eleitores proponentes pode apresentar mais de uma lista à eleição de cada órgão da autarquia local.

2A. Cada eleitor só pode ser proponente de uma única candidatura a Presidente do Conselho Municipal ou da Povoação.

3. As assinaturas são apresentadas em papel próprio conforme modelo previamente **indicado pela Comissão Nacional de Eleições.**

Artigo 112 (Desistência dos candidatos)

1. Qualquer candidato pode desistir da candidatura, até **trinta** dias antes da **divulgação da deliberação da Comissão Nacional de Eleições que aprova a lista dos candidatos aceites,**

mediante declaração escrita, com a assinatura reconhecida **por notário**, entregue à Comissão Nacional de Eleições.

2. Verificada a regularidade da declaração de desistência, a Comissão Nacional de Eleições manda imediatamente afixar **cópia no lugar de estilo das suas instalações**, fazendo-a publicar **nos principais órgãos** da comunicação social.

Artigo 113

(Morte ou incapacidade dos candidatos)

1. Em caso de morte de qualquer candidato ou da ocorrência de qualquer circunstância que determine a incapacidade do candidato para continuar a concorrer à eleição autárquica, o facto deve ser comunicado **à Comissão Nacional de Eleições**, no prazo de **até três dias, após a sua ocorrência**, com a indicação da intenção de substituição ou não do candidato, sem prejuízo do normal andamento da campanha eleitoral, devendo **o órgão comunicado** fazer a sua adequada publicitação.
2. Sempre que haja a intenção de substituir o candidato, **a Comissão Nacional de Eleições** concede um prazo de três dias para a apresentação de nova candidatura e comunica **de imediato** o facto à Comissão Nacional de Eleições e esta ao Conselho de Ministros para os efeitos do previsto no n.º 4 do presente artigo.
3. A Comissão Nacional de Eleições **decide em** dois dias a aceitação da candidatura de substituição.
4. O Conselho de Ministros, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições, marca uma nova data para a eleição autárquica, **nas quarenta e oito horas ao recebimento da proposta, a ter lugar até** trinta dias, contados da data inicialmente prevista para a votação.
5. **no caso em que se não pretenda substituir o candidato** ou decorrido o prazo de três dias a contar da data da ocorrência do facto, as eleições têm lugar na data anteriormente fixada.

5A. Com as necessárias adaptações, ao cidadão proposto a candidato ao cargo de presidente do Conselho Municipal ou da Povoação, aplica-se o disposto nos n.º 1 e 2 do presente artigo.

6. Na repetição do acto de apresentação de candidatura, **a apresentação de novas assinaturas pelos subscritores é facultativa.**

Artigo 113A

(Publicação)

Os casos de morte, desistência ou incapacidade de candidatos são declarados pelo Comissão Nacional de Eleições e publicados em Boletim da República, no prazo de quarenta e oito horas, após a decisão da aceitação ou rejeição da nova candidatura.

CAPÍTULO III REGIME DA ELEIÇÃO

Artigo 114 (Critério de eleição)

1. É logo eleito o candidato que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos, não se **considerando como tais** os votos em branco, os nulos e as abstenções.

1A. Se nenhum dos candidatos obtiver essa maioria de votos, procede-se a um segundo sufrágio, ao qual concorrerão apenas os dois candidatos mais votados que não tenham retirado a sua candidatura.

1B. No segundo sufrágio, é considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos validamente expressos.

Artigo 115 (Necessidade de uma segunda volta)

1. Se nenhum dos candidatos obtiver essa maioria, procede-se a um segundo escrutínio, ao qual concorrerão apenas os dois candidatos mais votados na primeira volta.
2. No segundo escrutínio, considera-se eleito o candidato que obtiver o maior número de votos validamente expressos.

Artigo 116 (Empate)

Em caso de empate entre candidatos que devam passar à segunda volta, o Conselho de Ministros, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições, marca nova votação, à qual concorrerão apenas os candidatos empatados.

CAPÍTULO IV SEGUNDA VOLTA

Artigo 117 (Data e campanha eleitoral do segundo sufrágio)

1. O Conselho de Ministros marca, sob a proposta da Comissão Nacional de Eleições, o segundo sufrágio, a ter lugar até **trinta** dias após a **validação e proclamação** dos resultados do primeiro **sufrágio**.
2. A campanha eleitoral do segundo sufrágio tem a duração de dez dias e termina vinte e quatro horas antes do dia da eleição.

(artigo 118)

(Morte ou incapacidade de um dos candidatos)

Em caso de morte ou de incapacidade de um dos dois candidatos mais votados, a Comissão Nacional de Eleições declara a nulidade do processo e submete ao Conselho de Ministros a proposta de marcação de novas eleições, **às quais se aplica o regime estabelecido na presente Lei, para a apresentação das candidaturas uninominais e actos subsequentes.**

Artigo 119
(Campanha eleitoral)

A campanha eleitoral da segunda volta tem a duração de dez dias e termina um dia antes do dia das eleições.

Artigo 120
(Votação e apuramento)

Ao segundo escrutínio aplicam-se, com as devidas adaptações, as disposições que regulam a votação e o apuramento.

CAPÍTULO IV-A Apuramento nacional

Artigo 120A
(Apuramento nacional)

- 1. A assembleia de apuramento nacional é constituída pelo plenário da Comissão Nacional de Eleições.**
- 2. O apuramento nacional da eleição dos resultados das eleições dos presidenciais dos conselhos municipais e das povoações inicia no segundo dia após a recepção das actas e editais de centralização.**
- 3. Os mandatários podem assistir aos trabalhos da assembleia de apuramento nacional.**
- 4. Os mandatários podem, durante as operações de apuramento, apresentar reclamações, protestos ou contraprotostos sobre os quais a assembleia delibera, sem a presença dos interessados e dos demais mandatários.**
- 5. Da decisão sobre a reclamação ou protesto, cabe recurso ao Conselho Constitucional.**

Artigo 120B
(Operações de apuramento nacional)

O apuramento nacional consiste na verificação dos elementos referidos no artigo 114 da presente Lei e na determinação do candidato eleito.

Artigo 120C
(Acta e edital do apuramento nacional)

- 1. Do apuramento nacional é, imediatamente, lavrada a acta original, da qual constam os resultados das respectivas operações, bem como as reclamações, protestos e contraprotestos apresentados e as deliberações que sobre eles tenham recaído.**
- 2. Em seguida, é elaborado o edital original, assinado e carimbado, contendo os dados do apuramento nacional que é afixado à porta do edifício da Comissão Nacional de Eleições, em lugar de estilo nas instalações da Comissão Nacional de Eleições.**

Artigo 120D
(Cópias da acta e do edital nacional)

Aos candidatos e aos mandatários de cada lista proposta à eleição, é passada, contra recibo, pela Comissão Nacional de Eleições, uma cópia da acta e do edital originais de apuramento nacional, assinada e carimbada. Estas cópias podem também ser passadas ao núcleo de observadores e jornalistas, quando solicitadas.

Artigo 120E
(Validação e proclamação dos resultados)

- 1. O Conselho Constitucional após deliberar sobre as reclamações ou recursos, procede à apreciação da acta e do edital do apuramento geral das eleições dos presidentes dos conselhos municipais e das povoações e dos membros das assembleias municipais e das povoações, para efeitos de validação e proclamação.**
- 2. Os resultados do apuramento nacional são validados pelo Conselho Constitucional.**
- 3. A proclamação dos resultados compete ao Presidente do Conselho Constitucional.**

Artigo 120F
(Publicação dos resultados do apuramento nacional)

Nos dois dias posteriores à validação e proclamação dos resultados eleitorais, o Presidente do Conselho Constitucional manda publicar no Boletim da República, envia um exemplar à Comissão Nacional de Eleições e um exemplar é entregue ao Primeiro Ministro.

TÍTULO IV
ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL OU DE POVOAÇÃO

CAPÍTULO I ORGANIZAÇÃO ELEITORAL

Artigo 121 (Mandato)

O mandato dos membros das assembleias municipais e de povoação é de cinco anos.

Artigo 122 (Número de membros a eleger)

1A. O número de membros efectivos e suplentes a eleger por cada autarquia local é divulgado pela Comissão Nacional de Eleições, mediante edital publicado no Boletim da República e nos órgãos de comunicação social, com a antecedência mínima de cento e oitenta dias da data do acto eleitoral.

1B. o número de membros referidos no presente artigo é elaborado com base nos dados de recenseamento eleitoral actualizado.

CAPÍTULO II CANDIDATURAS

Artigo 123 (Apresentação de candidaturas)

1, A **iniciativa de apresentação das candidaturas para as eleições dos membros da Assembleia Municipal ou da Povoação**, cabe aos órgãos competentes dos partidos políticos, coligação de partidos **políticos ou aos grupos de cidadãos eleitores concorrentes**.

1A. As candidaturas são apresentadas pelo próprio ou pelo mandatário.

2. A apresentação faz-se até **cento e vinte** dias anteriores à data prevista para as eleições, perante a Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 124 (Coligações de partidos políticos para fins eleitorais)

1. É permitido a dois ou mais partidos políticos apresentarem conjuntamente uma lista única **de candidatos** à eleição da assembleia municipal ou da povoação, desde que tal coligação, depois de autorizada pelos órgãos competentes dos **respectivos** partidos, seja anunciada publicamente **nos órgãos de comunicação social com publicação em Boletim da República** até ao início do período de apresentação de candidaturas.

2. As coligações de partidos políticos para fins eleitorais constituem-se nos termos previstos na Lei n.º 7/91, de 23 de Janeiro, **actualizada pela lei n.º 14/92, de 14 de Outubro**.

3. Os partidos políticos que **celebrem** convénios de coligação para fins eleitorais devem comunicar o facto, mediante a apresentação da prova bastante à Comissão Nacional de Eleições até à apresentação efectiva das candidaturas, em documento assinado conjuntamente pelos órgãos competentes dos respectivos partidos políticos.

4. A comunicação prevista no número anterior deve conter:

- a) a definição do âmbito e fins da coligação;
- b) a indicação da denominação, sigla e símbolos da coligação;
- c) a designação dos titulares dos órgãos de direcção ou de coordenação da coligação;
- d) o documento comprovativo da aprovação do convénio da coligação.

Artigo 125 (Substituição de candidatos)

1. Pode haver lugar à substituição de candidatos, até **trinta dias da aprovação das listas de candidaturas aceites pela Comissão Nacional de Eleições**, apenas nos seguintes casos:

- a) posterior rejeição de candidato **em virtude** de inelegibilidade superveniente;
- b) morte ou doença de que resulte incapacidade física ou psíquica do candidato;
- c) desistência do candidato.

1A. verificando-se qualquer das hipóteses anteriores, publica-se nova lista em relação ao correspondente concorrente à parte afectada.

Artigo 126 (Desistência de lista e de candidato)

1A. A desistência de uma lista faz-se até trinta dias antes da publicação das listas definitivas, mediante declaração subscrita pelo mandatário entregue à Comissão Nacional de Eleições, devidamente assinada e reconhecida por notário.

1. É também lícita a desistência de qualquer candidato **constante da lista**, através de declaração, por ele assinada e reconhecida **pelo notário**, entregue à Comissão Nacional de Eleições, dentro do prazo **fixado no número anterior do presente artigo**.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO DAS LISTAS

Artigo 127

(Modo de eleição)

1. Os membros da assembleia municipal **ou da povoação** são eleitos em listas plurinominais fechadas, **por autarquia, dispondo o eleitor de um voto singular de lista.**
- c) Não é permitida a transferência de candidatos entre listas ou a alteração da respectiva posição relativa.

2A. As listas são apresentadas aos eleitores pelos proponentes durante a campanha eleitoral.

Artigo 128
(Ordenação nas listas)

1A. As listas propostas à eleição dos membros à assembleia municipal ou da povoação devem indicar candidatos efectivos em número igual ao dos mandatos atribuídos à autarquia e de candidatos suplentes em número não inferior a três e nem superior ao dos efectivos.

1B. Os candidatos de cada lista consideram-se definitivamente ordenados segundo a sequência da respectiva declaração de candidatura.

Artigo 129
(Distribuição de mandatos dentro das listas)

1A. Os mandatos dentro das listas são atribuídos segundo a ordem de precedência delas constante.

1B. A existência de incompatibilidade entre a função desempenhada pelo candidato e o exercício do cargo de deputado não impede a atribuição do mandato.

1C. Em caso de morte do candidato ou de doença que determine impossibilidade física ou psíquica, o mandato é conferido ao candidato imediatamente seguinte na referida ordem de precedência.

Artigo 130
(Conversão dos votos em mandatos)

A conversão dos votos em mandatos faz-se através do método da representação proporcional, segundo a variante de Hondt, obedecendo às seguintes regras:

- a) apura-se em separado o número de votos recebidos por cada candidatura no colégio eleitoral respectivo;
- b) o número de votos apurado por cada candidatura é dividido sucessivamente por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo seguidamente alinhados os quocientes pela ordem decrescente da sua

grandeza, numa série de tantos termos quantos os mandatos atribuídos ao colégio eleitoral respectivo;

- c) os mandatos pertencem às candidaturas a que correspondem os termos da série estabelecida pela regra anterior, recebendo cada uma das candidaturas tantos mandatos quantos são os seus termos na série;
- d) no caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes das séries serem iguais e de candidaturas diferentes, o mandato cabe à candidatura que tiver obtido menor número de votos.

TÍTULO V CONTENCIOSO E ILÍCITO ELEITORAIS

CAPÍTULO I RECURSOS ELEITORAL

Artigo 131 (Reclamação)

1. Os factos irregulares ocorridos no decurso da votação e no apuramento parcial, **distrital ou geral, de natureza administrativa e procedimental, podem ser reclamados no respectivo órgão de administração eleitoral.**
2. **Os reclamantes podem recorrer para o órgão de administração eleitoral imediatamente superior, da decisão tomada pelo órgão inferior sobre as reclamações, protestos ou contraprotostos, mencionados no número precedente.**
- 2A. **A petição especifica os fundamentos de facto e de Direito do recurso e é acompanhada de todos os elementos de prova, incluindo fotocópia da acta da mesa assembleia de voto em que os factos irregulares tiverem ocorrido.**
3. **Tem legitimidade para reclamar da decisão proferida pelo órgão inferior:**
 - a) **o delegado de candidatura;**
 - b) **os candidatos e seus mandatários;**
 - c) **os partidos políticos, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes, que no círculo eleitoral apresentam candidaturas.**

Artigo 132

(Recurso hierárquico)

1. Os factos irregulares ocorridos no decurso da votação e no apuramento parcial, **distrital ou geral, de natureza administrativa e procedimental, podem serem**

apreciados pela Comissão Nacional de Eleições, desde que tenham sido previamente objecto de reclamação ou protesto apresentado na mesa da assembleia de voto onde o facto se verificou, quando delas se teve conhecimento e não consubstanciam matéria criminal, cuja decisão é da esfera judicial em sede de ilícito eleitoral.

2. Da decisão sobre a reclamação ou protesto podem recorrer, além do apresentante da reclamação, protesto ou contra protesto, os candidatos e seus mandatários, os partidos políticos, coligações de partidos **políticos** ou grupos de eleitores devidamente registados que, no círculo eleitoral, concorrem à eleição.
3. A petição **sobre irregularidades de natureza administrativa e procedimental** especifica os fundamentos de facto e de direito do recurso e é acompanhada de todos os elementos de prova, incluindo fotocópia do edital da **mesa da assembleia de voto** em que a irregularidade tiver ocorrida e **da decisão que se recorre e que serve de fundamento.**
4. A reclamação é apresentada até ao prazo de dois dias, a contar da afixação do edital que publicita os resultados eleitorais.
5. A Comissão Nacional de Eleições delibera sobre a reclamação, até ao prazo máximo de três dias a contar da data da recepção da reclamação, devendo notificar a referida decisão, pela via mais rápida, ao recorrente ou recorrentes, através do seu mandatário

Artigo 132A **(Recursos de actos de administração eleitoral)**

- 1. A petição de recurso sobre actos de administração eleitoral que influem nos resultados eleitorais especifica os respectivos fundamentos de facto e de direito, e é acompanhada de todos elementos de prova, incluindo a decisão sobre a qual recorre.**
- 2. Para a formulação do recurso, a Comissão Nacional de Eleições ou seus órgãos de apoio, devem facultar a documentação necessária, quando solicitada pelo recorrente para efeitos de formulação da sua petição.**
- 3. O recurso contencioso é interposto à Comissão Nacional de Eleições até dois dias após o apuramento dos votos, devendo a decisão ser tomada nos três dias subsequentes.**
- 4. Antes da tomada da decisão sobre o recurso, a Comissão Nacional de Eleições deve notificar os mandatários das candidaturas para nos termos da lei, querendo, se pronunciarem no prazo de vinte e quatro horas.**
- 5. A decisão referida ao número 2 do artigo anterior deve ser notificada, pela via mais rápida, ao recorrente ou recorrentes.**

Artigo 133
(Recurso ao Conselho Constitucional)

1. Das deliberações tomadas pela Comissão Nacional de eleições em matéria eleitoral ou sobre actos de administração eleitoral cabe recurso ao Conselho Constitucional.
2. O recurso é interposto no prazo de até três dias, a contar da notificação da deliberação da Comissão Nacional de Eleições sobre a reclamação ou protesto apresentado.
3. No prazo de cinco dias o Conselho Constitucional julga definitivamente o recurso, comunicando imediatamente a decisão a todos os interessados, incluindo aos órgãos eleitorais.

Artigo 134
(Nulidade das eleições)

1. A votação em qualquer mesa da assembleia de voto e a votação em toda a área da autarquia local só são julgadas nulas desde que se haja verificadas ilegalidades que possam influir substancialmente no resultado geral da eleição referente a cada órgão autárquico.
2. Declarada nula a eleição de uma ou mais mesas da assembleia de voto, os actos eleitorais correspondentes são repetidos até ao segundo Domingo posterior à decisão, em data a fixar pelo Conselho de Ministros, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 134A
(Isenção de custas e celeridade do processo)

O processo de recurso contencioso é isento de custas e tem prioridades sobre o restante expediente.

CAPÍTULO II
ILÍCITO ELEITORAL

Secção I
Disposições gerais

Artigo 135
(Concorrência com crimes mais graves
e responsabilidade disciplinar)

1. As sanções cominadas na presente Lei não excluem a aplicação de outras mais graves pala prática de qualquer crime previsto na lei penal, pelos tribunais judiciais competentes.

2. As infracções previstas na presente Lei constituem também faltas disciplinares quando cometidas por agente sujeito a essa responsabilidade.

Artigo 136
(Circunstâncias agravantes)

Para além das previstas na legislação penal, constituem circunstâncias agravantes do ilícito eleitoral:

- a) a infracção influir no resultado da votação;
- b) os seus agentes serem membros da Comissão Nacional de Eleições, das comissões de eleições provinciais, distritais ou de cidade, das mesas das assembleias de voto ou do secretariado Técnico da Administração Eleitoral;
- c) o agente ser candidato, delegado de candidatura, mandatário da lista **ou observador**.

Artigo 137
(Não suspensão ou substituição das penas)

As penas aplicadas por infracções eleitorais dolosas não podem ser suspensas nem substituídas por qualquer outra.

Artigo 138
(Suspensão de direitos políticos)

A condenação com trânsito em julgado, em pena de prisão maior por prática de infracção eleitoral dolosa prevista na presente Lei é acompanhada de condenação, em igual período de suspensão de direitos políticos.

Artigo 140
(Prescrição)

O procedimento criminal por infracções relativas às operações eleitorais prescreve no prazo de um ano, a contar **da prática do facto punível**.

Secção II
Infracções relativas a apresentação de candidaturas

Artigo 141
(Candidatura de cidadão inelegível)

Aquele que, não tendo capacidade eleitoral passiva, dolosamente aceitar a sua candidatura é punido com a pena de prisão de seis meses a dois anos e multa de um a dois salários mínimos nacionais.

Artigo 142
(Candidatura plúrima)

Aquele que, intencionalmente, subscrever mais do que uma lista de candidatos à **membro** assembleia municipal ou de povoação a presidente do conselho municipal ou de povoação é punido com a pena de **exclusão em todas as listas que subscrever** e multa de **doze a vinte e quatro** salários mínimos nacionais.

SECÇÃO III
Infracções relativas à campanha eleitoral

Artigo 142A
(Normas éticas da campanha)

O apelo à desordem ou à insurreição ou incitamento ao ódio, ao racismo, à violência ou à guerra, são punidos com pena de prisão maior de dois a oito anos, se outra mais grave não couber.

Secção III
Infracções relativas a campanha eleitoral

Artigo 143
(Violação do dever de neutralidade e imparcialidade)

Todo aquele que violar o dever de neutralidade e imparcialidade perante as candidaturas é punido com pena de prisão até um no e multa de dois salários mínimos nacionais.

Artigo 144
(Utilização indevida de denominação, sigla ou símbolo)

Aquele que, durante a campanha eleitoral, utilizar a denominação, sigla, ou símbolo de um partido político, coligação de partidos **políticos ou grupos de cidadãos eleitores concorrentes**, com o intuito de os prejudicar ou injuriar, é punido com multa de seis a doze salários mínimos nacionais.

Artigo 144A
(Utilização abusiva dos tempos de antena)

1. Os partidos políticos, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores concorrentes e os respectivos membros que, através da imprensa escrita, da rádio e da

televisão e durante as campanhas eleitorais no exercício do direito de antena para propaganda eleitoral, apelarem à desordem ou à insurreição, ao incitamento ao ódio, à violência, à guerra, à injúria ou à difamação, são imediatamente suspensos do exercício desse direito pelo período de um dia ao número de dias que durar a campanha, consoante a gravidade da falta e o grau da sua repetição, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal.

2. A suspensão abrange o exercício do direito de antena em todas as estações de rádio e televisão, mesmo que o facto que a determinou se tenha verificado apenas numa delas.

Artigo 144B (Utilização indevida de bens públicos)

Os partidos políticos, coligações de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores concorrentes e demais candidatos que violarem o disposto no artigo 46, sobre a utilização em campanha eleitoral dos bens do Estado, autarquias locais, institutos públicos autónomos, empresas estatais, empresas públicas e sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicas, são punidos com pena de prisão até um ano e multa de dez a vinte salários mínimos nacionais, sendo convertido em multa a pena de prisão.

Artigo 144C (Suspensão do direito de antena)

1. A suspensão prevista no artigo anterior é determinada pela Comissão Nacional de Eleições, por iniciativa própria ou a requerimento do cidadão ou de qualquer entidade ou instituição ofendida.

2. Para o efeito da eventual prova de conteúdo de quaisquer emissões relativas ao exercício do direito de antena conferido aos partidos políticos, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores concorrentes, devem as estações de rádio e televisão registar e arquivar até a validação das eleições, o registo dessas emissões, com obrigação de facultar à Comissão Nacional de Eleições, sempre que dele necessitar.

3. A Comissão Nacional de Eleições profere a decisão até ao momento em que esteja previsto novo tempo de emissão em qualquer estação de rádio ou de televisão para o partido político, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes a que pertença o infractor, salvo se tiver conhecimento da infracção menos de vinte e quatro horas antes, caso em que decide dentro deste prazo.

4. A decisão a que se refere o número anterior é sempre precedida de audição, por escrito, do partido político, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes a que pertencer o infractor, solicitada, em caso de necessidade, por meio expedido dirigido à sede do partido, coligação de políticos ou grupos de cidadãos

eleitores concorrentes, contendo, em síntese, a matéria da acção e a notificação de que a resposta pode ser enviada por igual via, dentro do prazo que para o efeito for marcado.

5. Apenas é admitida a produção de prova documental que deve ser entregue à Comissão Nacional de Eleições dentro do prazo concedido para a resposta.

Artigo 145
(Violação da liberdade de reunião eleitoral)

Aquele que impedir a realização ou prosseguimento de reunião, comício, cortejo ou desfile de propaganda eleitoral é punido com pena de prisão até seis meses e multa de três a seis salários mínimos nacionais.

Artigo 145A
(Reuniões, comícios, desfiles ou cortejos ilegais)

Aquele que, antes de declarada ou durante a campanha eleitoral promover reuniões, comícios, cortejos ou desfiles sem o cumprimento do disposto nas leis n.º 9/91, de 18 de Julho, e na n.º 7/2001, de 7 de Julho, respectivamente, e no artigo 27 da presente Lei, é punido com pena de multa de vinte e cinco a cinquenta salários mínimos nacionais.

Artigo 145B
(Violação dos direitos de propaganda sonora e gráfica)

Aquele que violar o disposto nos artigos 36 e 37 da presente Lei sobre propaganda com uso de meios sonoros ou gráficos, é punido com a pena de multa de três a seis salários mínimos nacionais.

Artigo 154C
(Dano em material de propaganda eleitoral)

1. Aquele que roubar, furtar, destruir, rasgar ou por qualquer forma inutilizar, no todo ou em parte, tornar ilegível, o material de propaganda eleitoral afixado ou o desfigurar, ou colocar por cima dele qualquer material com o fim de o ocultar é punido com pena de prisão até seis meses e multa de seis a doze salários mínimos nacionais.

2. Não são punidos os factos previstos no número anterior se o material de propaganda houver sido afixado na própria casa ou estabelecimento do agente sem o seu consentimento ou contiver matéria desactualizada.

Artigo 146
(Desvio de material de propaganda eleitoral)

Aquele que descaminhar, reter ou não entregar ao destinatário circulares, cartazes, papéis, **listas ou ainda quaisquer outros materiais de propaganda eleitoral** é punido com pena de prisão até seis meses e multa de três a quatro salários mínimos nacionais.

Artigo 147

(Propaganda depois de encerrada a campanha eleitoral)

1. Aquele que, no dia das eleições ou no anterior, fizer propaganda eleitoral, por qualquer meio, é punido com pena de multa de treze a vinte e seis salários mínimos nacionais.
2. Na mesma pena incorre aquele que no dia das eleições fizer propaganda nas assembleias de voto ou nas suas imediações até trezentos metros.

Artigo 148

(Revelação ou divulgação de resultados de sondagens)

Aquele que fizer a divulgação dos resultados de sondagens ou de inquéritos relativos a opinião dos eleitores quanto aos concorrentes às eleições **ou de qualquer forma revelar o sentido do voto**, no período entre o início da campanha eleitoral até à divulgação dos resultados eleitorais pela Comissão Nacional de Eleições, é punido com pena de prisão até um ano e multa de um a cinco salários mínimos nacionais.

Artigo 148A

(Não contabilização de despesas e receitas)

Todo aquele que violar o disposto no artigo 43, da presente Lei é punido com pena de multa de vinte a cinquenta salários mínimos nacionais.

Artigo 148B

(Não prestação de contas)

1. **Todo aquele que violar o disposto no número 1 do artigo 45, da presente Lei é punido com pena de multa de vinte e cinco a cinquenta salários mínimos nacionais e fica impedido de concorrer nas eleições seguintes.**
2. **Os membros dos órgãos centrais dos partidos políticos, coligações de partidos políticos, grupos de cidadãos eleitores concorrentes mandatários de lista, delegados de candidaturas ou representantes, respondem solidariamente pelo pagamento das multas.**

Secção IV

Infracções relativas à capacidade eleitoral activa

Artigo 149

(Violação da capacidade eleitoral activa)

1. Aquele que, não possuindo capacidade eleitoral activa, se apresentar a votar é punido com multa de meio a um salário mínimo nacional.
2. A pena de prisão até um ano e multa de um a dois salários mínimos nacionais é imposta ao cidadão que, não possuindo capacidade eleitoral activa, consiga exercer o direito de voto.
3. Se, para exercer aquele direito, utilizar fraudulentamente identidade de outro cidadão regularmente recenseado, é punido com pena de prisão **de seis meses a dois anos** e multa de dois a quatro salários mínimos nacionais.

Artigo 150
(Admissão ou exclusão abusiva do voto)

Aquele que concorrer para que seja admitido a votar quem não tem esse direito ou para a exclusão de quem o tiver e, bem assim, quem atestar falsamente uma impossibilidade de exercício do direito de voto, é punido com pena de prisão **até seis meses** e multa de **três a quatro** salários mínimos nacionais.

Artigo 151
(Impedimento de sufrágio)

1.O agente eleitoral ou de autoridade que dolosamente, no dia de eleições, sob qualquer pretexto, impedir qualquer eleitor de exercer o seu direito de voto, é punido com pena de prisão até doze meses e multa de seis a **doze** salários mínimos nacionais.

1A. Todo aquele que impedir qualquer eleitor de exercer o seu direito de voto é punido com pena de prisão até três meses e multa de três a quatro salários mínimos nacionais.

Artigo 152
(Voto plúrimo)

Aquele que votar ou permitir que se vote mais de uma vez é punido com pena de prisão de **três** meses a um ano e multa de **quatro** a seis salários mínimos nacionais.

Artigo 153
(Mandatário infiel)

Aquele que acompanhar um cego ou portador de outra deficiência a votar e dolosamente não exprimir **sem fidelidade à** sua vontade, é punido com pena de prisão até seis meses e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.

Artigo 154
(Violação do segredo de voto)

Aquele que usar de coacção ou artifício de qualquer natureza ou se servir do seu ascendente sobre o eleitor para obter a revelação do voto, é punido com pena de prisão até seis meses e multa de **meio a um** salário mínimos nacionais.

Artigo 155

(Coacção e artifício fraudulento sobre o eleitor)

1. Aquele que, por meio de violência ou ameaça sobre qualquer eleitor, ou usar **coacção ou** artifícios fraudulentos para constranger ou induzir a votar **num** determinado candidato, **partido político, coligação de partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores concorrentes** ou abster-se de votar, é punido com pena de prisão de três meses a um ano e multa de quatro a seis salários mínimos nacionais.
2. A mesma pena é aplicada aquele que, com a conduta referida no número anterior visar obter a desistência de alguma candidatura.
3. A pena prevista nos números anteriores é agravada nos termos da legislação penal em vigor, se a ameaça for praticada com uso de arma ou a violência for exercida por duas ou mais pessoas.
4. Se a mesma infracção for cometida por cidadão investido de poder público, funcionário ou agente do Estado ou de outra pessoa colectiva pública, de agente eleitoral ou ministro de qualquer culto, é punido com pena de prisão de seis meses a um ano e multa de seis a doze salários mínimos nacionais.

Artigo 156

(Despedimento ou ameaça de despedimento)

Todo aquele que despedir ou ameaçar despedir alguém do seu emprego, impedir ou ameaçar impedir alguém de obter emprego, aplicar outra qualquer sanção para o forçar a votar ou a não votar, porque votou ou não votou em certa candidatura, ou porque se absteve de votar ou de participar na campanha eleitoral, é punido com pena de prisão de seis meses a um ano e multa de quatro a seis salários mínimos nacionais, sem prejuízo da nulidade da sanção e da automática readmissão de empregado, se o despedimento tiver chegado a efectuar-se.

Artigo 157

(Corrupção eleitoral)

Aquele que, para persuadir alguém a votar ou deixar de votar em determinada lista, oferecer, prometer ou conceder emprego público ou privado de outra coisa ou vantagem a um ou mais eleitores ou, por acordo com estes, a uma terceira pessoa, mesmo quando a coisa ou vantagens utilizadas, prometidas ou conseguidas forem dissimuladas a título de indemnização pecuniária dada ao eleitor para a despesa de viagem, ou de estada ou de pagamento de alimentos ou bebidas ou a pretexto de despesas com a campanha eleitoral, é punido com pena de prisão **até um ano** e multa **de seis a doze** salários mínimos nacionais.

Artigo 158
(Não exibição da urna)

1. O presidente da mesa da assembleia de voto que dolosamente não exhibir a urna perante os **membros da mesa, delegados de candidaturas, observadores, jornalistas ou** eleitores no acto da abertura de votação é punido com pena de prisão até três meses e multa de três a quatro salários mínimos nacionais.
2. Quando se verificar que na urna não exibida se encontravam boletins de voto, a pena de prisão será até um ano, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo seguinte.

Artigo 159
(Introdução de boletins de voto na urna e desvio desta
ou de boletins de voto)

Aquele que, fraudulentamente, depositar boletins de voto na urna antes ou depois do início da votação, se apoderar da urna com os boletins de voto nela recolhidos mais ainda não apurados, ou se apoderar de um boletim de voto em qualquer momento, desde a abertura da mesa da assembleia de voto até ao apuramento geral da eleição, é punido com pena de prisão até **seis meses a um ano** e multa de quatro a **cinco salários** mínimos nacionais.

Artigo 160
(Fraudes nos boletins de voto)

O membro da mesa de assembleia de voto que dolosamente aponha ou permita que se aponha indicação de confirmação em eleitor que não votou, que troque na leitura dos boletins de voto a lista votada, que diminua ou adite votos a uma lista no apuramento de votos, ou que por qualquer forma falseie o resultado da eleição, é punido com pena de prisão **de seis meses a dois anos** e multa de **quatro a cinco** salários mínimos nacionais.

Artigo 161
(Oposição ao exercício dos direitos dos delegados das candidaturas)

1. Aquele que impeça a entrada ou saída de delegados das candidaturas na mesa da assembleia de voto ou que por qualquer forma, se oponha a que eles exerçam os poderes que lhes são reconhecidos pela presente Lei, é punido com pena de prisão até seis meses e **multa de quatro salários mínimos nacionais**.
2. Tratando-se de presidente da mesa, a pena é **até** um ano.

Artigo 162

(Recusa de receber reclamações, protestos ou contraprotestos)

O **membro** da mesa da assembleia de voto que injustificadamente se recusar a receber reclamações, protestos ou contraprotestos **escritos pelo delegado de candidatura da respectiva mesa** é punido com pena de prisão até seis meses e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.

Artigo 163

(Recusa em distribuir actas e editais originais)

Todo aquele que, tendo o dever de fazê-lo, injustificadamente se recusar a distribuir cópias da acta e do edital originais do apuramento de votos devidamente assinadas e carimbadas, aos delegados de candidatura ou mandatários, aos partidos políticos, **coligações de partidos políticos** ou grupos de cidadãos eleitores proponentes, é punido com pena de prisão até seis meses e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.

Artigo 164

(Perturbação das assembleias de voto)

1. Aquele que perturbar o normal funcionamento das mesas da assembleia de voto com insultos, calúnias, difamação, ameaças ou actos de violência originando tumulto, é punido com pena de prisão até seis meses e multa de dois a seis salários mínimos nacionais.
2. Aquele que, durante as operações eleitorais, se introduza nas assembleias de voto sem ter o direito de fazê-lo e se recusar a sair, depois de intimado pelo respectivo presidente, é punido com pena de prisão até três meses e multa de três a cinco salários mínimos nacionais.
3. Aquele que se introduza armado nas assembleias de voto fica sujeito à imediata apreensão da arma e a uma punição com pena de prisão até dois anos e multa de seis a doze salários mínimos nacionais.

Artigo 165

(Obstrução dos candidatos, mandatários e representantes das candidaturas)

O candidato, mandatário, ou delegado das candidaturas que perturbar o funcionamento regular das operações eleitorais, é punido com pena de prisão até três meses e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.

Artigo 165A

(Obstrução à fiscalização)

1. **Aquele que impedir a entrada ou saída de qualquer mandatário ou delegado das candidaturas na mesa da assembleia de voto ou que, por qualquer modo, tentar opor-se a que eles exerçam todos os poderes que lhes são conferidos pela presente Lei, é punido com pena de prisão até um ano e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.**

2. **Tratando-se de presidente da mesa, a pena não é, em qualquer caso, inferior a seis meses.**

Artigo 165B
(Obstrução ao exercício de direitos)

Todo aquele que impedir os membros da Comissão Nacional de Eleições ou dos seus órgãos de apoio ou ainda funcionários e agentes do Secretariado técnico de Administração Eleitoral, indicados de proceder à centralização e ao apuramento dos resultados eleitorais, é punido com pena de prisão até um ano e multa de cinco a sete salários mínimos nacionais.

Artigo 166
(Não cumprimento do dever de participação no processo eleitoral)

Todo aquele que for designado para fazer parte da **mesa da** assembleia de voto e, sem motivo justificado, **recusar**, não realizar **as suas atribuições** ou abandonar essas funções é punido com multa de dois a três salários mínimos nacionais.

Artigo 167
(Falsificação de documentos relativos à eleição)

Aquele que, de alguma forma, com dolo, vicie, substitua, suprima, destrua ou altere os cadernos **de recenseamento** eleitoral, os boletins de voto, as actas e os editais das mesas das assembleias de voto ou quaisquer outros documentos respeitantes a eleição e **apuramento**, é punido com pena de prisão maior e multa de vinte a cinquenta salários mínimos nacionais.

Artigo 168
(Reclamação e recurso de má fé)

Todo aquele que, com má fé, apresente reclamação, protesto, contra protesto **ou recurso**, ou que impugne decisões dos órgãos **da administração eleitoral**, através de **petições** infundadas, é punido com pena de multa de seis a doze salários mínimos nacionais.

Artigo 168A
(Presença indevida da força armada na mesa da assembleia de voto)

O Comandante da força armada que, sem motivo, se introduzir na assembleia de voto, sem prévia requisição do presidente, violando o disposto no artigo 92 da presente Lei é

punido em pena de prisão até 3 meses e multa de seis a doze meses de salários mínimo nacional.

Artigo 169

(Não comparência de força policial)

Se, para garantir o decurso da operação de votação for competentemente requisitada uma força policial, nos termos previstos no número 2 do artigo 92 da presente Lei, e esta não comparecer e não apresentada justificação idónea no prazo de vinte e quatro horas, o comandante da mesma é punido com pena de prisão até três meses e multa de seis a doze salários mínimos nacionais.

Artigo 169A

(Incumprimento de obrigações)

Aquele que, injustificadamente, não cumprir quaisquer obrigações impostas pela lei ou omitir a prática de actos administrativos necessários à sua pronta execução, bem como a demorar infundadamente o seu cumprimento, é punido com pena de multa de cinco a doze salários mínimos nacionais.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 170

(Isenções na emissão de certidões)

São isentos de quaisquer taxas, emolumentos e imposto, conforme os casos, os documentos destinados ao cumprimento do preceituado nesta lei, tais como:

- a) certidões necessárias para o registo eleitoral;
- b) documentos destinados a instruir quaisquer reclamações, protestos ou recursos previstos nesta Lei;
- c) reconhecimentos notariais para efeitos de registo;

c1) documentos relativos a contratação de agentes do Estado no âmbito do recenseamento eleitoral e actos eleitorais.

2.. As certidões necessárias para o recenseamento e demais actos eleitorais, ou em virtude destes, são obrigatoriamente passadas a requerimento de qualquer interessado, no prazo máximo de cinco dias.

2A. Não estão sujeitos à fiscalização prévia, sem prejuízo da fiscalização sucessiva, os actos de contratação dos brigadistas do recenseamento eleitoral, agentes de educação cívico-eleitoral e dos membros das mesas das assembleias de voto.

Artigo 170A
(Regras a observar na elaboração das actas e editais)

- 1. As actas e os editais são elaborados em termos claros e precisos, devendo as palavras emendadas, escritas sobre rasuras ou entrelinhas serem expressamente ressalvadas antes da sua assinatura.**
- 2. O número de votos obtidos por cada candidatura é mencionado por algarismo e por extenso.**

Artigo 170B
(Valor probatório das actas e editais)

Na falta, por destruição, desvio ou descaminho, dos elementos de apuramento de votos constantes dos artigos 105, 114 e 121 da presente Lei, as actas e os editais originais devidamente assinados e carimbados entregues aos partidos políticos ou coligação de partidos políticos, grupos de cidadãos proponentes ou seus representantes, fazem prova bastante na resolução de litígios de contencioso eleitoral.

Artigo 171
(Conservação de documentação eleitoral)

- 1. A documentação relativa à apresentação de candidaturas é conservada pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, durante o período de cinco anos a contar da investidura dos órgãos eleitos, após o que um exemplar da referida documentação é transferido para o Arquivo Histórico de Moçambique.**
- 2. Toda a outra documentação dos processos eleitorais é conservada pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, nos termos da lei.**

Artigo 172
(Investidura dos eleitos)

- 1. Os Presidentes dos conselhos municipais ou da povoação e os membros das assembleias municipais ou da povoação são investidos na função, até vinte e quinze dias, respectivamente após a publicação, em Boletim da República, dos resultados finais do apuramento.**

2. Compete à Comissão Nacional de Eleições a marcação da data exacta de investidura dos candidatos eleitos.

Artigo 173

(Marcação da data e realização das eleições)

1. **A marcação da data das eleições autárquica de 2013 é feita com antecedência mínima de cento e oitenta dias e realizam-se até primeira segunda quinzena de Novembro, de cada ano eleitoral, em data a definir, por Decreto do Conselho de Ministros, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições.**
2. **A Comissão Nacional de Eleições, fixa, com as necessárias adaptações, o Calendário do Sufrágio Eleitoral que se ajusta ao prazo fixado no número anterior do presente artigo.**

Artigo 173A

(Lei suplectiva)

A Lei que regula que estabelece o quadro-jurídico das eleições gerais, presidenciais e legislativa é aplicável, com as devidas adaptações em cada caso, às eleições autárquicas, sem prejuízo das disposições da presente Lei, relativamente à eleição do Presidente do Conselho Municipal e dos membros das assembleias municipais.

Artigo 174

(Revogação)

É revogada a Lei n.º 18/2007, de 18 de Julho, e demais legislação que contrarie o disposto na presente Lei.

Artigo 175

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos _____ de Dezembro de 2012.

O Presidente da Assembleia da República

Verónica Nataniel Macamo Ndlovo

Promulgada em de de 2012

Publique-se.

O Presidente da República

Armando Emílio Guebuza